



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI
CURSO DE DIREITO

**A (IM)POSSIBILIDADE DO RECONHECIMENTO
DA PATERNIDADE OU MATERNIDADE SOCIOAFETIVA
SEM A INTERVENÇÃO DE ATO JURISDICIONAL**

Amanda Pereira Dalla Costa

Lajeado, junho de 2019

Amanda Pereira Dalla Costa

**A (IM)POSSIBILIDADE DO RECONHECIMENTO
DA PATERNIDADE OU MATERNIDADE SOCIOAFETIVA
SEM A INTERVENÇÃO DE ATO JURISDICIONAL**

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Curso II – Monografia ou Artigo, do Curso de Direito, da Universidade do Vale do Taquari - Univates, como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharela em Direito.

Orientadora: Prof. Ma. Loredana Gragnani Magalhães

Lajeado, junho de 2019

Amanda Pereira Dalla Costa

**A (IM)POSSIBILIDADE DO RECONHECIMENTO
DA PATERNIDADE OU MATERNIDADE SOCIOAFETIVA
SEM A INTERVENÇÃO DE ATO JURISDICIONAL**

A Banca examinadora abaixo aprova a Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Curso II – Monografia, do curso de graduação em Direito, da Universidade do Vale do Taquari – Univates, como parte da exigência para a obtenção do grau de Bacharela em Direito:

Profa. Ma. Loredana Gragnani Magalhães –
orientadora Universidade do Vale do Taquari –
Univates

Profa. Ma. Alice Krämer Iorra Schmidt
Universidade do Vale do Taquari –
Univates

Ma. Maiara Scartezini Stacke
Advogada

Lajeado, 02 de julho de 2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que me auxiliaram, de alguma forma, na elaboração deste trabalho e na minha formação acadêmica. Primeiramente, agradeço a Deus, por estar sempre ao meu lado e por me permitir vivenciar esta jornada, me dando forças para superar todo e qualquer obstáculo.

Agradeço imensamente à minha família e aos meus amigos, por todo o apoio e amor incondicional. Sou grata especialmente à minha mãe, minha melhor amiga, a pessoa que sempre acreditou em mim e me incentivou a ser uma pessoa melhor; ao meu pai afetivo, a pessoa que motivou a escolha do tema deste trabalho, que me mostra todos os dias que o afeto é o critério essencial em uma relação familiar. Não posso deixar de agradecer ao meu namorado, por compreender que este período não foi fácil, mas que sempre me auxiliou com o seu companheirismo para que eu chegasse ao meu objetivo.

Agradeço a todos os professores, por todo ensinamento compartilhado, especialmente à minha orientadora, Professora Loredana, por me auxiliar na elaboração deste trabalho, por todo apoio e paciência, e por mostrar o quanto sou capaz.

Meu eterno agradecimento, pois sem vocês a concretização deste sonho não seria possível.

RESUMO

O direito de família passou por alterações significativas ao longo do tempo. Logo, o conceito de família necessitou de uma expansão para alcançar as mais diversas formas de estruturas familiares. Assim, o afeto passou a ser reconhecido na sociedade atual como uma maneira de constituir parentalidade, deixando de ser aceito somente o vínculo biológico. Portanto, um dos efeitos da socioafetividade é a multiparentalidade, tendo em vista a possibilidade de vínculos consanguíneos e de afeto coexistirem na mesma relação. Assim, esta monografia tem como objetivo geral analisar a possibilidade jurídica e circunstâncias legais em que se efetiva o reconhecimento da paternidade ou da maternidade socioafetiva no âmbito dos Registros Cíveis das Pessoas Naturais, de maneira espontânea, sem a intervenção de ato jurisdicional. Trata-se de pesquisa qualitativa, realizada por meio de método dedutivo e de técnicas bibliográficas. Dessa forma, os primeiros apontamentos abordam o direito de família e o caminho que percorreu até chegar a sua forma atual. Em seguida, discorre-se sobre a socioafetividade e a multiparentalidade, bem como, sobre os princípios da Constituição Federal que as fundamentam. Finalmente, alude-se aos efeitos e a como ocorre o reconhecimento da parentalidade socioafetiva. Nesse sentido, conclui-se que os vínculos de afeto devem ser aceitos, merecendo amparo na legislação.

Palavras-chave: Direito de Família. Socioafetividade. Multiparentalidade. Registro Civil.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

art.	Artigos
CC	Código Civil
CF	Constituição Federal
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
DNA	Ácido Desoxirribonucleico
IBDFAM	Instituto Brasileiro de Direito de Família
nº	Número
§	Parágrafo
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TJRS	Tribunal de Justiça do Estado Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 FAMÍLIA E O ESTABELECIMENTO DA FILIAÇÃO	11
2.1 Evolução histórica e conceituação do Direito de Família	11
2.2 Previsão legal	16
2.3 Filiação.....	19
2.4 Ato de reconhecimento da filiação.....	25
3 DO RECONHECIMENTO JUDICIAL DA SOCIOAFETIVIDADE.....	31
3.1 Evolução histórica	31
3.2 Socioafetividade.....	35
3.2.1 Princípios	39
3.2.2 Requisitos para o reconhecimento da socioafetividade	42
3.3 Multiparentalidade	44
4 A (IM)POSSIBILIDADE DO RECONHECIMENTO DA SOCIOAFETIVIDADE NO ÂMBITO REGISTRAL-ADMINISTRATIVO.....	47
4.1 Efeitos do reconhecimento da Socioafetividade.....	47
4.2 Análise jurisprudencial da socioafetividade.....	52
4.3 Estabelecimento da socioafetividade diretamente no Registro Civil e Aspectos registrais.....	55
5 CONCLUSÃO	61
REFERÊNCIAS.....	64

1 INTRODUÇÃO

O Direito de Família no Brasil vem sofrendo alterações significativas. O conceito de família acabou se ampliando para compreender as mais diversas formas de estruturas familiares existentes na sociedade atual. A família socioafetiva é exemplo deste panorama, visto ser composta por laços de afeto em vez dos genéticos.

Diretamente relacionada ao Direito de Família, a paternidade e a maternidade socioafetiva são de extrema importância, pois tratam dos vínculos afetivos existentes entre as partes, à semelhança dos consanguíneos. Ainda, o reconhecimento de tal vínculo liga o indivíduo ao estabelecimento da família e, conseqüentemente, gera direitos e deveres para os envolvidos.

Compreender o correto funcionamento do reconhecimento da paternidade facilita a resolução de conflitos, no sentido de realizá-lo de maneira simplificada, diretamente no Registro Civil de Pessoas Naturais, sem ferir o ordenamento pátrio.

Nesse sentido, o presente trabalho aborda o instituto do reconhecimento da filiação socioafetiva e como ela pode ser reconhecida no Brasil, em nível registral-administrativo, sem ferir o ordenamento jurídico. Em muitos casos, o vínculo socioafetivo já existia de fato, porém, não era suficiente para ensejar o seu reconhecimento e constituir efeitos jurídicos para as partes.

Assim, o objetivo geral desse estudo é analisar a possibilidade jurídica e circunstâncias legais em que se efetiva o reconhecimento da parentalidade

socioafetiva no âmbito dos Registros Civis das Pessoas Naturais, sem colidir com a Legislação Nacional. O estudo traz como problema o seguinte questionamento: Em que circunstâncias legais se efetiva o registro da paternidade ou da maternidade socioafetiva no Brasil, em nível registral-administrativo, sem ferir o ordenamento jurídico?

Como hipótese para tal indagação, compreende-se que o direito ao reconhecimento da paternidade ou da maternidade socioafetiva é um dos segmentos do Direito de Família, que, por sua vez, trata de direito basilar da sociedade. Amplia-se atualmente o reconhecimento da filiação com uma acepção mais consistente que a mera verdade biológica.

Desta feita, acredita-se que não há razão para diferenciar procedimentos, merecendo respaldo o reconhecimento de paternidade ou de maternidade socioafetiva de forma equivalente ao reconhecimento de filiação biológica, confiando-se na hipótese de que este reconhecimento apresenta possibilidade jurídica, sem ferir o ordenamento pátrio.

A pesquisa do presente trabalho é do tipo qualitativo. Segundo Mezzaroba e Monteiro (2014), a qualidade é uma propriedade de ideias. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa não vai medir dados, mas procurar identificar sua natureza. O método a ser utilizado é o dedutivo, pois parte-se de argumentos gerais para os particulares, ou seja, a pesquisa inicia pelo estudo da história e evolução do Direito de Família, bem como, dos aspectos de filiação, para chegar ao instituto da socioafetividade e seu reconhecimento. O presente trabalho é por meio de procedimentos técnicos baseados em revisão teórica, que envolve doutrina, artigos de periódicos e materiais de estudiosos da área, legislação e decisões jurisprudenciais.

A presente monografia será dividida basicamente em três capítulos: no primeiro capítulo, são abordadas noções acerca do Direito de Família. Inicialmente, apresentam-se as noções de família, um dos institutos mais antigos da história, que se desenvolveu em função da necessidade de melhor tratamento a ser dispensado aos seus membros, bem como, a evolução histórica e o seu conceito. Em seguida, a previsão legal e como o instituto da família foi desenvolvido nas legislações. Ainda,

trata-se da filiação, sendo ela biológica ou presumida, e, por fim, aborda-se o ato de reconhecimento do filho.

No segundo capítulo, é delineada a socioafetividade, tecendo considerações acerca do histórico e seu conceito. A modalidade de filiação referida não apresenta previsão expressa na legislação, mas vem merecendo atenção e importância ao longo dos anos, na doutrina e em decisões dos Tribunais, visto que todos os filhos possuem direitos iguais, independentemente de sua origem. A fim de orientar o leitor sobre a importância do tema, será mencionado os princípios que a fundamentam e os requisitos que devem ser observados para que seja reconhecida. Assim, parte-se para os aspectos da multiparentalidade e como a modalidade pode ser reconhecida.

Ao final, no terceiro capítulo, é tratada a questão chave do atual estudo, ou seja, o reconhecimento da socioafetividade, que, diferentemente da parentalidade biológica, não possui legislação expressa. Portanto, analisam-se os efeitos da socioafetividade e os aspectos registraes do estabelecimento diretamente no Registro Civil, com base na análise dos provimentos existentes.

Considera-se essencial a socioafetividade, em virtude das inovações do Direito de Família e por ser a área que mais atenta para a relação das pessoas. Entender o instituto e como o vínculo pode ser reconhecido juridicamente e, mais do que isso, efetivado independentemente de um pronunciamento judicial é a motivação do desenvolvimento desta monografia.

2 FAMÍLIA E O ESTABELECIMENTO DA FILIAÇÃO

O Direito é considerado a forma mais eficiente de organização da sociedade. Por estar inserido no ordenamento jurídico, a esfera do Direito de Família trata de um dos direitos mais importantes, visto ser a área que atenta para a vida dos indivíduos, regula as relações familiares e auxilia na manutenção da sua estrutura e socialização. Por isso, fala-se que a família foi criada antes do Direito.

Diante das significativas mudanças no âmbito familiar, o conceito de família ampliou-se para compreender as mais diversas formas de estruturas familiares existentes na sociedade atual. Assim, não só o critério da consanguinidade define a filiação, ou seja, passa-se a valorar juridicamente o afeto para caracterizar o vínculo parental; trata-se do instituto chamado filiação socioafetiva. Neste capítulo, aborda-se o histórico e a conceituação de família e, em seguida, o estabelecimento da filiação.

2.1 Evolução histórica e conceituação do Direito de Família

Primeiramente, é necessária uma abordagem histórica da fase evolutiva do Direito, para melhor compreender o tema no decorrer da explanação.

É no âmbito familiar que aprendemos a nos relacionar e conviver com os outros indivíduos; é na família que ocorre o primeiro contato com o outro e se sucedem os fatos elementares da vida do ser humano. São os laços sanguíneos e de afetividade

que nos ligam à estrutura familiar desde o nascimento e perduram por toda a vida, laços são chamados de família (FARIAS; ROSENVALD, 2019).

No entanto, o instituto da família nem sempre foi tratado desta maneira, com o devido cuidado e importância. No decorrer do tempo, foi gradativamente evoluindo.

A antiga organização familiar não se preocupava com a afetividade e a felicidade das pessoas que a integravam; apenas interesses de ordem econômica, que torneavam os círculos familiares é que importavam, pois as famílias era construídas com o intuito de constituir patrimônio (MADALENO, 2013, p. 6).

A família é conceituada como sendo a entidade social pioneira, a mais longínqua que o ser humano conheceu, pelo fato de as pessoas viverem em grupos e serem provenientes de um único ancestral comum. Com o desenvolvimento de sociedades mais complexas, a expressão “família natural” ficou em evidência no Direito da Roma Antiga, visto que a família era formada somente por um casal e seus filhos, e o vínculo originava-se do casamento (CUNHA, 2010).

Portanto, a família, que compreende um dos institutos mais antigos da história, desenvolveu-se em virtude da necessidade de um melhor tratamento para os seus membros. Era formada para facilitar o trabalho e a subsistência dos indivíduos e, com o passar do tempo, o objetivo também passou a ser criar patrimônio. Consequentemente, a vontade das partes não importava, não havendo registros de que existia algum sentimento entre os envolvidos.

Desta forma, em razão da colonização portuguesa no Brasil, seguiram-se preceitos da Igreja Católica Apostólica Romana e da Família Canônica, visto que o que refletia na legislação vigente no país eram as Ordenações Filipinas (GONÇALVES, 2014).

O casamento era a única maneira admitida para constituir família. Não podia ser dissolvido, pois predominava a regra do “até que a morte nos separe”. Evidencia-se assim a importância de somente preservar o instituto do casamento, aderindo-se o sacrifício da felicidade pessoal dos indivíduos da família (FARIAS; ROSENVALD, 2019).

Nesse sentido, percebe-se a forte influência da Igreja Católica sobre a sociedade. Entre as várias imposições, uma delas era a da união entre homem e mulher reconhecida pelo casamento, como a única aceitável, a qual também recebia proteção do Estado.

Diferente de agora, antigamente, a grande função da família era estar agrupada. Rosa (2014, p. 19) esclarece a origem da palavra família:

A palavra 'família' deriva do latim *famulus*, que quer dizer criado, escravo, servo, porque significava um conjunto de pessoas humildes, aparentadas, que viviam na mesma casa, principalmente pai, mãe, filhos, trabalhando para patrões que compunham a *gens*, isto é, a gente, enquanto os *famulus* (os criados) eram os servos.

A família exercia, ainda, uma função estatal conservadora, devendo obedecer os modelos familiares estabelecidos pelo Estado. De acordo com Dias (2013, p. 360), “[...] a família constituída pelo casamento era a única a merecer reconhecimento e proteção estatal, tanto que sempre recebeu o nome de família legítima”.

Gonçalves (2014, p. 31), conforme citação a seguir, conclui que o estabelecimento da família era regido pela submissão e pelo autoritarismo. O *pater famílias* operava o controle sobre todas as ações ou decisões.

No direito romano a família era organizada sob o princípio da autoridade. O *pater famílias* exercia sobre os filhos direito de vida e de morte (*ius vitae ac necis*). Podia, desse modo, vendê-los, impor-lhes castigos e penas corporais e até mesmo tirar-lhes a vida. A mulher era totalmente subordinada à autoridade marital e podia ser repudiada por ato unilateral do marido.

Sendo assim, a figura do homem no núcleo familiar era considerada a mais importante. Era dever dos demais integrantes o respeito e a obediência. Diferentemente do papel imposto à mulher, que, por sua vez, apenas auxiliava nas tarefas domésticas e nos cuidados com os filhos. Não podia trabalhar, nem tinha direito de expressar sua vontade diante na instituição familiar.

Ainda, o artigo 233 do Código Civil de 1916, que teve o direito romano como inspiração, disciplinava que o marido era o chefe da sociedade conjugal, sendo responsável pela representação legal da família. Ainda, com o matrimônio, era

obrigatório que a mulher assumisse o sobrenome do esposo e a condição de sua companheira e colaboradora (MADALENO, 2013).

Consoante as inúmeras imposições fixadas pelo Estado, a maneira para constituir família devia estar em conformidade como o estado civil dos pais, o que, conseqüentemente, corroborava para uma conceituação discriminatória de filiação e de família, visto que o afeto e outras formas de união ou filhos não eram aceitos.

A relação entre pais e filhos era extremamente rígida. O vínculo entre os pais era fator determinante para a filiação, conforme Dias (2017, p. 21) descreve a seguir:

Eram classificados conforme o vínculo existente entre os pais. Somente os concebidos no seio de uma família constituída pelo casamento podiam ser reconhecidos. Eram filhos legítimos. Os demais recebiam um punhado de adjetivações altamente discriminatórias e pejorativas e ficavam à margem da cidadania. Não tinham direito ao nome do pai, a alimentos nem podiam ser seus herdeiros.

Os filhos conhecidos como legítimos eram os havidos dentro do matrimônio. Por outro lado, eram considerado ilegítimos os havidos fora do matrimônio, provando assim que não era somente a relação entre homem e mulher que era desigual, mas, também, a relação proveniente da filiação. Além da discriminação, os filhos considerados ilegítimos não possuíam direito algum, segundo a legislação, conforme menciona Dias (2017, p. 22):

Os filhos nascidos durante o casamento era os únicos que podiam ser registrados com o nome dos pais. Os demais, além de não terem direito ao nome do pai, não tinham qualquer direito com relação a ele. Não podiam buscar alimentos nem perceber direitos sucessórios. Somente em 1942 foi admitido o registro dos filhos naturais: os concebidos fora do casamento, contando que os pais fossem desquitados. Não bastava a simples separação de fato. Esta regra sofreu alterações com o passar do tempo, mas só foi revogada em 2009.

A noção de família patriarcal, constituída obrigatoriamente de homem, mulher e filhos, entrou em declínio por conta de diversos fatores, tais como a Revolução Industrial e a introdução da mulher no mercado de trabalho.

De acordo com Lôbo (2014, p. 15), a legislação civil brasileira tomou como modelo a família patriarcal, desde a época do Brasil Colônia, atravessou o Império e boa parte do século XX. Porém, o modelo patriarcal entrou em crise no plano jurídico, em virtude de valores e princípios introduzidos na Constituição Federal de 1988.

Atualmente, nossos doutrinadores, entre eles, Diniz (2011, p. 18) apresenta um conceito modificado de família:

É, portanto, o ramo do direito civil concernente às relações entre pessoas unidas pelo matrimônio, pela união estável ou pelo parentesco e aos institutos complementares de direito protetivo ou assistencial, pois, embora a tutela e a curatela não advenham de relações familiares, têm, devido a sua finalidade, conexão com o direito de família.

Segundo Gonçalves (2014, p. 17), a família constitui a base do Estado, o núcleo fundamental em que se encontra toda a organização social. Veja-se:

Em qualquer aspecto em que é considerada, aparece a família como uma instituição necessária e sagrada, que vai merecer a mais ampla proteção do Estado. A Constituição Federal e o Código Civil a ela se reportam e estabelecem a sua estrutura, sem, no entanto defini-la, uma vez que não há identidade de conceitos tanto no direito como na sociologia. Dentro do próprio direito a sua natureza e a sua extensão variam, conforme o ramo.

Percebe-se, assim, a evolução do conceito de família na contemporaneidade, rompendo os padrões impostos anteriormente. Logo, surge a possibilidade de reconhecimento do valor do afeto e dos sentimentos que os indivíduos possuem dentro do núcleo familiar.

Então, “a família é tanto uma estrutura pública como uma relação privada, pois identifica o indivíduo como integrante do vínculo familiar e também como partícipe do contexto social” (DIAS, 2016, p. 49).

Conforme o significado da palavra família, verificamos que ela pode abranger diferentes conceitos para as mais diversas áreas. Segundo Gonçalves (2014, p. 17):

Latu sensu, o vocábulo família abrange todas as pessoas ligadas por vínculo de sangue e que procedem, portanto, de um tronco ancestral comum, bem como as unidas pela afinidade e pela adoção. Compreendem os cônjuges e companheiros, os parentes e os afins.

Ainda, pode-se dizer que a família possui três acepções, no sentido amplíssimo, lato e restrito. No sentido amplíssimo, segundo a autora, o termo compreende todos os indivíduos que estiverem ligados pelo vínculo de consanguinidade ou de afinidade, chegando a incluir estranhos. Na acepção lato, ampara-se como família, além dos cônjuges ou companheiros e seus filhos, os parentes da linha reta ou colateral, bem como, os afins. Na acepção restrita, por sua vez, considera-se família propriamente dita, segundo a Constituição Federal, artigo

226, § 1º e 2º, o conjunto de pessoas unidas pelos laços de matrimônio e filiação (DINIZ, 2014, p. 23).

O instituto conhecido como família é de enorme importância, tendo em vista que é a relação responsável por conceber direitos e deveres e desenvolver os seus integrantes no grupo em que vivem, bem como, a inclusão social nos demais âmbitos de relacionamentos, para, desta forma, receber a proteção do Estado.

Na legislação vigente, o instituto da família está especificado na Constituição Federal e no Código Civil de 2002. Aborda-se no tópico seguinte, uma análise dos textos legais e suas contribuições para o Direito de Família.

2.2 Previsão legal

Considerando as importantes mudanças no âmbito da família, neste tópico trata-se do conceito de família e sua previsão legal no ordenamento jurídico brasileiro. Refere-se a um instituto que passa por ininterruptas mudanças, para acompanhar o desenvolvimento da sociedade. Passa-se agora ao estudo da previsão legal do Direito de Família e o caminho que percorreu ao longo da história.

Quanto à evolução e definição de família, o Código Civil de 1916 foi a primeira legislação a especificar com detalhes as diretivas do Direito de Família e do reconhecimento dos filhos (CINTRA, 2018).

Como já mencionado, o conceito de família era engessado, pois não admitia outras interpretações. Lôbo (2014, p. 16) menciona:

À família, ao longo da história foram atribuídas funções variadas, de acordo com a evolução que sofreu, a saber, religiosa, política, econômica e procracional. Tal estrutura era patriarcal, legitimando o exercício dos poderes masculinos sobre a mulher – poder marital, e sobre os filhos – pátrio poder. As funções religiosa e política praticamente não deixaram traços na família atual, mantendo apenas interesse histórico, na medida em que a rígida estrutura hierárquica foi substituída pela coordenação e comunhão de interesses de vida.

Na Constituição Federal de 1934, a família ganhou um capítulo específico, que versava sobre suas diretrizes; porém, o texto legal da Constituição anterior, a de 1916, não foi modificado quanto à família. Logo, o Código Civil de 1916 foi relativizado, diante da necessidade de acompanhar as mudanças de costumes e valores.

Contudo, com o advento da Constituição Federal de 1988, a partir da metade do século XX, além de grandes marcos históricos como a Revolução Industrial, a primeira e segunda guerra mundial, como também o Código Civil, instituído pela Lei nº 10.406/2002, o direito brasileiro tomou um novo rumo: o sentido jurídico de família foi modificado, passando por uma evolução necessária e, conseqüentemente, também o instituto jurídico da filiação, abrindo espaço para novas normas e direitos, como atribuir direitos aos filhos ilegítimos e tornar a mulher plenamente capaz, garantindo a igualdade entre os membros familiares, em vez de considerar apenas a predominância do homem na sociedade conjugal (VENOSA, 2011, p. 15).

A Carta Magna, fundamentada na igualdade e no afeto, apresentou grandes avanços para o Direito de Família, conforme entendimento de Calderon (2011, p. 191):

A Constituição tratou ainda expressamente de alguns institutos de família: adotou a igualdade entre os filhos (art. 227, § 6º) e entre homem e mulher (art. 226, § 5º), reconheceu a união estável como entidade familiar (art. 226, § 3º), conferiu dignidade a outras entidades familiares (art. 226, § 4º), prescreveu o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente (art. 227), declarou o respeito à liberdade (com dignidade e responsabilidade) no planejamento familiar (art. 226, § 7º), entre outros.

A evolução também está relacionada à instrução dos Direitos Fundamentais e da Dignidade da Pessoa Humana, ambos expressos na Constituição Federal, prevista no artigo 227, §6º, bem como, à necessidade de mudanças frente ao desenvolvimento social da época, visto que a legislação tem a função de regular as mais amplas relações, devendo sempre estar atualizada para abranger os novos costumes (CINTRA, 2018).

Ainda, com o advento do Código Civil Brasileiro de 2002, o conceito de família também passou por mudanças significativas. Uma delas está inserida no artigo 1.723, que amolda a família como legítima. Além disso, o artigo 1.511 do atual Código prevê a igualdade absoluta entre homem e mulher, diferentemente do que previa o Código Civil de 1916 (LEITE, 2005).

A partir de então, a família fundamentada somente pelo vínculo matrimonial deixa de existir e amplia o seu conceito. Consequentemente, desaparece a discriminação referente a filiação, isto é, são considerados filhos os havidos ou não do casamento; instaura-se a igualdade entre o homem e a mulher e a afetividade como fator familiar. Ainda, o casamento, a união estável e a família monoparental, além de outras existentes passam a ser expressamente regulamentadas (PESSANHA, 2011, texto digital).

Portanto, o afeto passou a compreender o conceito de família, prevalecendo para o direito o vínculo existente e os sentimentos de amor entre pais e filhos e, com isso, as mais diversas relações familiares, resguardando-lhes o direito e observando a vontade de cada integrante envolvido na relação familiar.

Porém, tanto o Código Civil de 2002 como a Constituição Federal de 1988 estão em constante transformação, visto que a legislação e os direitos devem seguir a evolução da sociedade.

Segundo Dias (2013, p. 29), diante de constantes mudanças, o legislador sente dificuldades para acompanhar a realidade social e contemplar as inquietações da família contemporânea:

O influxo da chamada globalização impõe constante alteração de regras, leis e comportamentos. No entanto, a mais árdua tarefa é mudar as regras do direito das famílias. Isto porque é o ramo do direito que diz com a vida das pessoas, seus sentimentos, enfim, com a alma do ser humano. O legislador não consegue acompanhar a realidade social nem contemplar as inquietações da família contemporânea. A sociedade evolui, transforma-se, rompe com tradições e amarras, o que gera a necessidade de constante oxigenação das leis.

Tendo como base os apontamentos feitos, a família é o liame entre as pessoas que convergem em função de algum vínculo. Reafirma-se a necessidade de acompanhar o crescimento do instituto da família, visto que ela se encontra em constante mudança no decorrer do tempo, não se encaixando num único modelo. O próximo ponto versa sobre o estabelecimento da filiação e como ela pode e deve ser reconhecida.

2.3 Filiação

Primeiramente, é preciso estabelecer os conceitos de parentesco, para que o tema seja melhor compreendido, tendo em vista que a filiação, além de integrar o parentesco, vem passando por inúmeras alterações ao longo dos anos.

Lôbo (2014, p. 189) conceitua parentesco, mencionando que pode originar-se de diversos fatores, além do vínculo consanguíneo:

O parentesco tem origem na consanguinidade e em outros fatores considerados pelo direito como constitutivo de relações de família socioafetivas, tais como a adoção de uma pessoa por outra, a concepção mediante utilização de material genético alheio, a posse de estado de fato de filiação e a atração dos parentes do outro cônjuge ou companheiro (a finidade).

Desta forma, o parentesco é a relação jurídica compreendida entre os membros de uma família, podendo ser definida das seguintes formas: natural, quando originário do mesmo tronco, ou seja, consanguíneo; civil, diante do processo de adoção; por afinidade, nos casos em que um dos cônjuges possui relação familiar com os parentes do outro; e, por fim, o socioafetivo, modalidade que ainda não possui legislação específica, mas passou a ser aceita diante da necessidade de reconhecimento do vínculo baseado no afeto entre os envolvidos quando não houver critério biológico entre eles.

Gonçalves (2014, p. 310) conceitua parentesco no sentido estrito e amplo, conforme segue:

Em sentido estrito, a palavra “parentesco” abrange somente o consanguíneo, definido de forma mais correta como a relação que vincula entre si pessoas que descendem uma das outras, ou de um mesmo tronco. Em sentido amplo, no entanto, inclui o parentesco por afinidade e o decorrente da adoção ou de outra origem, como algumas modalidades de técnicas de reprodução medicamente assistida.

O Código Civil de 2002, por sua vez, prevê em seus artigos 1.591 a 1.595 os vínculos de parentesco. O artigo 1.593 do referido texto legal diz que “o parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem”.

Destarte, percebe-se que o parentesco pode ser constituído por um vínculo

natural ou jurídico, o que confere direitos e deveres recíprocos para as partes. Ainda, a parte final do artigo mencionado acima demonstra que outras maneiras podem ser admitidas, o que corrobora com a ideia de que o afeto é uma delas. O artigo 1.593 do Código Civil é o objeto de estudo no próximo capítulo.

Diante disso, Dias (2013, p. 350) explica que as alterações que ocorreram na família refletem também nos vínculos de parentesco, visto que a Constituição encarregou-se de alargar o entendimento, não mais permitindo distinção entre os filhos. A autora ainda menciona que ocorreu a desbiologização da paternidade-maternidade-filiação e, conseqüentemente, do parentesco em geral.

Então, quanto o instituto da filiação, Lôbo (2014, p. 198) a considera como uma relação de parentesco, conforme explicitado a seguir:

Filiação é a relação de parentesco que se estabelece entre duas pessoas, uma das quais nascida da outra, ou adotada, ou vinculada mediante posse de estado da filiação ou por concepção derivada de inseminação artificial heteróloga. Quando a relação é considerada em face do pai, chama-se paternidade, quando em face da mãe, maternidade. Filiação procede do latim *filiatio*, que significa procedência, laço de parentesco dos filhos com os pais, dependência, enlace.

Dias (2013, p. 360) comenta em sua obra a evolução do direito de filiação, corroborando para não mais haver discriminação quanto aos filhos. Porém, faz menção sobre o Código Civil Brasileiro:

Ainda que por vedação constitucional não mais seja possível qualquer tratamento discriminatório com relação aos filhos, o Código Civil trata em capítulos diferentes os filhos havidos da relação de casamento e os havidos fora do casamento. O capítulo intitulado “Da filiação” (art. 1.596 a 1.606 do CC) cuida dos filhos nascidos na constância do matrimônio, enquanto os filhos havidos fora do casamento estão no capítulo “Do reconhecimento dos filhos” (art. 1.607 a 1.617 do CC). A diferenciação advém do fato de o legislador, absurdamente, ainda fazer uso de presunções de paternidade.

A filiação é uma relação que nunca se extingue. Diante das alterações, o conceito de filiação precisou passar por alterações significativas, no sentido de compreender a relação de afeto existente entre as pessoas não ligadas pelo sangue como se assim fossem. Contudo, nota-se que o legislador no Código Civil de 2002, regulamentou em capítulos diferentes os filhos concebidos na constância do casamento e os havidos fora do casamento.

Sobre o instituto da filiação, de acordo com Gonçalves (2014, p. 20), a condição

jurídica dos filhos assume também significativo relevo no direito de família:

O instituto da filiação sofreu profunda modificação com a nova ordem constitucional, que equiparou, de forma absoluta, em todos os direitos e qualificações, os filhos havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, proibindo qualquer designação discriminatória (CF, art. 227, § 6º).

Anteriormente, o Código Civil de 1916 tratava de maneiras diferentes os filhos, corroborando para uma discriminação entre os mesmos. A classificação consistia em filhos legítimos e ilegítimos, sendo o casamento o fator determinante, conforme Gonçalves (2014, p. 321):

Filhos *legítimos* eram os que procediam de justas núpcias. Quando não houvesse casamento entre os genitores, denominavam-se *ilegítimos* e se classificavam, por sua vez, em naturais e espúrios. *Naturais*, quando entre os pais não havia impedimento para o casamento. *Espúrios*, quando a lei proibia a união conjugal dos pais. Estes podiam ser *adulterinos*, se o impedimento resultasse do fato de um deles ou de ambos serem casados, e *incestuosos*, se decorresse do parentesco próximo, como entre pai e filha ou entre irmão e irmã.

Porém, apesar de várias mudanças no Direito de Família, a distinção discriminatória da filiação acabou somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, prevalecendo a isonomia no tratamento jurídico entre os filhos, conforme Farias e Rosenvald (2019, p. 585):

Somente com a normatividade garantista da Constituição-Cidadã de 1988 é que foi acolhida a isonomia no tratamento jurídico entre os filhos. Aliás, preceito oriundo da própria Convenção Interamericana de Direitos Humanos, apelidada de Pacto de San José da Costa Rica, que já prescrevia dever cada ordenamento 'reconhecer direitos aos filhos nascidos fora do casamento como aos nascidos dentro dele'.

Mesmo querendo, a lei não possibilitava ao homem reconhecer um filho originado de um relacionamento extraconjugal. Ainda, os filhos adotados não possuíam os mesmos direitos sucessórios que os filhos legítimos, (FARIAS; ROSENVALD, 2019).

Percebe-se que as alterações contempladas no Código Civil de 2002 e na Constituição Federal de 1988 estão relacionadas à necessidade de terminar com o odioso período de completa discriminação da filiação, tendo em vista a interpretação do princípio da igualdade substancial entre os filhos, que promove o fim das diferenças no tratamento a eles impostas e afirma que todos exerçam os mesmos direitos, conforme disposto no artigo 227, § 6º da Constituição Federal. É dever não somente

do Estado, mas também da família e da sociedade assegurar tais direitos, conforme segue:

Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010).

(...)

§ 6º Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

A partir do previsto na CF, surgiu a necessidade de o legislador tratar do assunto no Código Civil de 2002. Nesse sentido, os artigos 1.593 a 1.597 do referido diploma legal estabelecem que a filiação é o vínculo existente entre pais e filhos, independentemente de sua origem, que pode ser consanguínea ou de laços de afeto, ou, resultante de inseminação artificial heteróloga (DIAS, 2013).

Ainda, o artigo 1.596 do CC descreve que “os filhos havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação”.

O art. 1.597 do Código Civil, por sua vez, trata da proteção legal dos nascidos em decorrência do uso de técnicas de reprodução assistida, quais sejam, a concepção artificial homóloga e inseminação artificial heteróloga, que representam grande mudança de paradigma nas formas de filiação.

Por conseguinte, diante do exposto, outras formas de reconhecimento passaram a ser estudadas e aceitas, em relação à entidade familiar e ao instituto da filiação, partindo da premissa de não mais haver distinção entre os filhos, tanto em termos de direitos como em termos de deveres, em âmbito jurídico, sendo o afeto uma delas. Trata-se de uma inovação não expressa em artigos de lei; porém, com base nos princípios existentes no ordenamento, costumes e precedentes, a família fundada no afeto passou a ser reconhecida pelos Tribunais, o que é tema de estudo no próximo capítulo.

Quanto aos critérios para a determinação da filiação, Farias e Rosenvald (2010, p. 563) mencionam que:

Assim, descortinam-se três diferentes critérios para a determinação da filiação, a partir da combinação das suas distintas origens e características: *I) o critério legal ou jurídico*, fundado em uma presunção relativa imposta pelo legislador em circunstâncias previamente indicadas no texto legal; *II) o critério biológico*, centrado na determinação do vínculo genético, contando, contemporaneamente, com a colaboração e certeza científica do exame DNA; *III) o critério socioafetivo*, estabelecido pelo laço de amor e solidariedade que forma entre determinadas pessoas.

Assim sendo, o reconhecimento do afeto como relação familiar é de extrema importância, uma vez que confere aos interessados os direitos e deveres expressos na legislação.

Portanto, analisando a filiação no ordenamento jurídico pátrio, conclui-se que houve diversas alterações até chegar à forma atual; porém, ainda se faz necessário observar o que se passa no mundo contemporâneo, a fim de adequar a realidade ao contexto familiar, pois a felicidade e vontade das partes envolvidas devem ser atendidas.

Em se tratando de filiação, em especial, para o presente estudo, o tópico seguinte versará sobre a distinção entre filiação biológica e filiação presumida.

a) Filiação biológica e filiação presumida

Passa-se, então, à análise da filiação biológica e da filiação presumida no ordenamento jurídico, sendo a primeira a forma mais comum, prevista e aceita por diversas legislações e a doutrina.

Ao longo do tempo, de acordo com a legislação vigente à época e os costumes, a filiação biológica era a única espécie reconhecida, fruto do contato sexual entre um homem e uma mulher, casados entre si. Nesse sentido, ao tratar da filiação, a referência é a verdade genética, decorrente do vínculo de consanguinidade (DIAS, 2016).

Ainda, a filiação biológica é a relação que se estabelece por laços genéticos,

entre uma pessoa e seu descendente em linha reta do primeiro grau (FUJITA, 2011).

Dessa forma, compreende-se que a filiação biológica ou natural ocorre quando há vínculo consanguíneo ou genético entre as partes, ou seja, entre o filho e seus pais, independentemente do casamento. Sob essa ótica, considerando o histórico da família, os filhos que possuíam algum vínculo genético com os pais eram os únicos que mereciam proteção da legislação. Pode ainda haver a filiação biológica não natural, resultante de alguma das técnicas de reprodução assistida, o que será tratado no próximo capítulo.

Já a filiação presumida, segundo Diniz (2014, p. 503), decorre de uma opção do legislador, ao estabelecer que os filhos advindos de um relacionamento formalizado pelo casamento terão o reconhecimento da filiação de forma automática. Trata-se da presunção *“pater is et quem justae nuptiae demonstrant”*.

A presunção de paternidade é regulamentada pelo artigo 1.597 do CC/2002, que apresenta o rol taxativo das situações em que se presume o filho concebido pelo pai, na constância do casamento, conforme segue:

Art. 1.597. Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos:

- I - nascidos cento e oitenta dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal;
- II - nascidos nos trezentos dias subsequentes à dissolução da sociedade conjugal, por morte, separação judicial, nulidade e anulação do casamento;
- III - havidos por fecundação artificial homóloga, mesmo que falecido o marido;
- IV - havidos, a qualquer tempo, quando se tratar de embriões excedentários, decorrentes de concepção artificial homóloga;
- V - havidos por inseminação artificial heteróloga, desde que tenha prévia autorização do marido.

Então, a presunção leva em conta alguns elementos, como o tempo de convivência do casal, constituindo uma presunção relativa que admite prova em contrário, principalmente pelo exame de DNA. Ainda, considera o tempo de gestação ou a fecundação por meios artificiais (TARTUCE, 2018).

De acordo com Dias (2017, p. 42), a presunção de paternidade concedia estabilidade para os indivíduos:

As presunções legais de paternidade surgiram para dar estabilidade à família. Decorriam da crença – nem sempre verdadeira – da fidelidade feminina, visando tão só dar segurança aos homens de que seus filhos eram sangue

do seu sangue. Algo tão antigo que as expressões foram cunhadas em latim: presunção *pater is est* (o pai é sempre certo). A presunção da maternidade, justificadamente, revestia-se de mais certeza: *mater semper certa est* (a mãe é sempre certa). Afinal, a gravidez é visível. Pelo que diz a lei, toda criança nascida durante o casamento dos pais é filha de ambos.

Ainda, deve ser aplicado o artigo 1.597 do CC em relação à presunção da filiação nos casos de união estável, conforme entendimento de Lôbo (2014, p. 207):

Assim, a presunção de concepção do filho aplica-se a qualquer entidade familiar. A referência na lei à convivência conjugal deve ser entendida como abrangente da convivência em união estável. Enquanto no casamento a convivência presume-se a partir da celebração, na união estável deve ser provado o início de sua constituição, pois independe de ato ou declaração. Consideram-se concebidos na constância da união estável os filhos nascidos nos trezentos dias subsequentes à dissolução por morte ou separação de fato comprovada.

Quanto ao reconhecimento, consta no ordenamento pátrio a possibilidade de ser voluntário ou judicial. Sabe-se que, independente da forma de constituição do vínculo da filiação, os filhos possuem os mesmos direitos e qualificações, vedando-se, de qualquer forma, a discriminação.

Para que os referidos direitos tenham efetividade, faz-se necessário o reconhecimento da paternidade, que, em regra, pode ser provada através da Certidão do Registro Civil das Pessoas Naturais, sendo devidamente lavrada em Cartório (FARIAS; ROSENVALD, 2019), tópico a ser esmiuçado no próximo subcapítulo.

Por fim, o que realmente importa é uma relação paterno-filial, fundamentada em afeto, carinho, amor e dedicação. Independentemente de ser ou não biológico, o apreciável valor está na vontade das partes e não no fato de ter gerado. A origem genética nem sempre será a questão mais importante, item a ser tratado no próximo capítulo, que trata da paternidade e maternidade socioafetiva.

2.4 Ato de reconhecimento da filiação

Conforme exposto, a filiação, para produzir seus efeitos, precisa ser devidamente reconhecida. Assim, este subcapítulo versa sobre os preceitos legais para o reconhecimento da filiação.

O Código Civil de 2002, consoante o art. 1.593, estabelece as espécies de parentesco e menciona que a filiação pode ser natural ou civil; portanto, consanguínea ou decorrente de outra origem, possibilitando o reconhecimento da filiação de maneira voluntária ou judicial (CASSETTARI, 2017).

A filiação deverá ser comprovada através do registro de nascimento, assentado no Registro Civil, conforme disciplina o art. 1.603 do CC (2002). Trata-se de um requisito de suma importância para provar publicamente a filiação, visto que o Registro Civil de Nascimento deverá observar todas as informações necessárias do registrando, bem como, indicar seu nome e sobrenome, além dos nomes dos pais e avós, seu sexo e sua naturalidade.

Farias e Rosenvald (2019, p. 588) complementam o entendimento:

O registro civil de nascimento conterá o nome do pai e/ou mãe, ainda que não sejam casados, ou conviventes, entre si. Se o pai for casado com a mãe, o seu nome constará no registro, independentemente de sua vontade, em face da presunção de paternidade do casamento (CC, art. 1.597), bastando comprovar o casamento para que se faça constar o nome do marido da mulher casada. Se o pai, entretantes, não for casado com a mãe, não será possível registrar o seu nome sem o seu consentimento expreso, manifestado pessoalmente ou por procurador (LRP, art. 59).

O registro de nascimento, conforme o artigo 1.603 do Código Civil, é o ato que constitui a parentalidade registral, visto que goza de presunção de veracidade, sendo incontestável o nascimento. Ainda, de acordo com o artigo 1.604 do referido texto legal, o registro pode ser invalidado somente nos casos em que houver erro ou falsidade (LÔBO, 2014).

Portanto, a validade do registro somente pode ser impugnada quando ocorrer erro ou falsidade, havendo diferença entre os termos. Lôbo (2014, p. 215) menciona:

O erro é o desvio não internacional da declaração do nascimento, concernente ao próprio ato de registro (erro material), imputável ao oficial de registro, ou da informação do declarante legitimado (art. 52 da Lei nº 6.015), concernente à atribuição da paternidade ou maternidade da pessoas. O erro da declaração pode ser derivado de outro erro, como na hipótese de troca voluntária ou involuntária de recém-nascidos por parte do hospital onde ocorreu o parto, invalidando o estado de filiação tanto em face do pai quanto em face da mãe. A falsidade, ao contrário do erro, é a declaração intencionalmente contrária à verdade do nascimento. É atribuir a si ou a outrem (declarantes outros que não os pais) a maternidade ou a paternidade do nascido, ou declarar o nascimento inexistente.

Ainda, cabe destacar que, quando o registro for determinado por decisão judicial, decorrente de processo de investigação de paternidade, não haverá falsidade (LÔBO, 2014).

De acordo com Gonçalves (2014, p. 344), os filhos de pais casados não precisam ser reconhecidos, diferentemente do filho havido fora do casamento. Trata-se da presunção legal de paternidade, já tratada neste trabalho, que não se estende ao filho concebido fora do casamento. Veja-se:

Os filhos de pais casados não precisam ser reconhecidos, pelo sistema do Código Civil, decorre do casamento dos pais. Se estes são casados e, por desídia ou outra razão, não providenciam o registro do filho, assegura-se a este a ação de prova de filiação (CC, art. 1.606). O filho havido fora do casamento, porém, não é beneficiado pela presunção legal de paternidade que favorece aqueles. Embora entre ele e seu pai exista o vínculo biológico, falta o vínculo jurídico de parentesco, que só surge com o reconhecimento. Se tal ato não se realiza voluntariamente, assegura-se ao filho o reconhecimento judicial por meio de ação de investigação de paternidade.

O reconhecimento pode ser requerido por um dos genitores ou ambos (CC, 1.607), mediante apresentação da certidão de casamento e declaração do filho nascido vivo. De acordo com Pereira (2004, p. 340):

O reconhecimento do filho pode ser voluntário, também denominado “perfilhação”, ou judicial, também chamado de “coativo” ou “forçado”, que se realiza por meio de ação de investigação de paternidade. Qualquer que seja a sua forma, o ato de reconhecimento é declaratório, pois não cria a paternidade, mas apenas declara uma realidade fática, da qual o direito extrai consequências.

A regra é de que a filiação seja provada pela certidão do Cartório do Registro Civil (CC, art. 1.603); porém, o artigo 1.609 do mesmo texto legal autoriza o reconhecimento por outros meios, conforme segue: o inciso II prevê a possibilidade por escritura pública ou escrito particular a ser arquivado em cartório; inciso III, por testamento, ainda que incidentalmente manifestado; e, finalmente, o inciso IV, que permite ser por manifestação direta e expressa perante o juiz, ainda que o reconhecimento não haja sido o objeto único e principal do ato que o contém. Qualquer que seja a forma, será irrevogável (FARIAS; ROSENVALD, 2019).

Assim sendo, conforme o artigo 1.609 do Código Civil Brasileiro (2002), passou a ser possível o reconhecimento de filhos havidos fora do casamento; porém, conforme a regra, tal ato será sempre irrevogável.

Logo, o reconhecimento pode ocorrer de maneira voluntária, praticado pelos genitores, ou de maneira judicial, por meio de sentença proferida pelo Poder Judiciário em Ação de Investigação de Paternidade, surgindo então, o vínculo de parentesco e, conseqüentemente, os seus efeitos.

Já o reconhecimento voluntário do filho independe de prova da origem genética. Trata-se de ato espontâneo, solene, público e incondicional, sendo assim, irretratável (DIAS, 2013).

Gonçalves (2014, p. 350), fazendo referência à possibilidade do reconhecimento antecipado, afirma:

Embora a personalidade civil da pessoa comece do nascimento com vida, “a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro”, como estatui o art. 2º do Código Civil. Sendo este um ser em potencial, nada obsta o reconhecimento da paternidade. Tal reconhecimento ocorre, em geral, quando é forte a probabilidade de o reconhecente não sobreviver ao nascimento do filho, não sendo seu desejo sujeita-lo às incertezas de uma ação de investigação de paternidade. Representa, destarte, uma justa precaução do genitor que tem a consciência de ser o responsável pela gravidez comprovada.

Percebe-se, então, que é admitido o reconhecimento antecipado, que ocorre antes do nascimento do filho nos casos em que existir a probabilidade de o reconhecente não sobreviver ao nascimento do filho.

Conforme dispõe o artigo 1.614 do Código Civil (2002), o filho maior não pode ser reconhecido sem o seu consentimento; já o menor pode impugnar o reconhecimento, nos quatro anos seguintes à maioridade ou à emancipação.

Contudo, o filho não reconhecido de maneira voluntária pode obter o reconhecimento judicial ou compulsório, por meio de Ação de Investigação de Paternidade, com amparo no artigo 1.606 do Código Civil (2002), visto ser direito do filho o seu devido reconhecimento.

O filho tem legitimidade ativa para propor ação de investigação de paternidade, visto tratar-se de direito personalíssimo. Contudo, conforme o que dispõe o art. 71 do Código de Processo Civil de 2015, faz-se necessário estar representado quando for absolutamente incapaz, ou assistido, quando relativamente incapaz. Em regra, a representação ou assistência é feita pela genitora ou pelo tutor. O Ministério Público

também possui legitimidade para propor a determinada ação, uma vez que possui titularidade para a defesa dos interesses individuais indisponíveis, conforme previsão do Texto Constitucional (FARIAS; ROSENVALD, 2019).

Então, percebe-se que a ação pode ser proposta pelo investigador, por seu representante ou tutor quando necessário, e pelo Ministério Público. Ainda, há a possibilidade de haver litisconsórcio ativo, quando a ação for proposta conjuntamente pelo filho e o Ministério Público. Quanto a competência para a ação ser processada e julgada, o art. 46 do Código de Processo Civil de 2015 menciona ser o foro do domicílio do réu.

Além de ser ação personalíssima, é também caracterizada como direito indisponível, visto não ser possível a mãe ou responsável do menor desistir da ação quando esta já está em curso (GONÇALVES, 2014).

Segundo o texto legal, o artigo 1.616 do CC (2002) menciona que os efeitos da sentença que declara a paternidade são os mesmos do reconhecimento voluntário e também *ex tunc*: retroagem à data do nascimento.

O exame pericial conhecido como teste de DNA é o meio de prova mais importante e eficiente em uma ação de investigação de paternidade, sendo considerado um avanço da ciência quanto à precisão do seu resultado, visto ser possível determinar a data em que se deu a concepção e esclarecer dúvidas que possibilitam definir com clareza a paternidade ou maternidade (GONÇALVES, 2014).

A Ação de Investigação de Maternidade, por sua vez, embora rara, também é admitida, conforme Gonçalves (2014, p. 369):

(...) uma vez que *mater semper certa est*, é reconhecida ao filho, que pode endereçá-la contra a mãe ou seus herdeiros, pois os arts. 1.606 e 1.616 do Código Civil não fazem nenhuma distinção ou limitação à investigação da filiação.

Trata-se de um trâmite mais elaborado, visto que muitos indivíduos não querem reconhecer o vínculo da paternidade. Contudo, quando o genitor se recusa a fazer o teste de DNA, pode ser usada a súmula nº 301 do STJ, que prevê: “Em ação investigatória, a recusa do suposto pai a submeter-se ao exame de DNA induz presunção *juris tantum* de paternidade”. Da mesma forma, o art. 231 do CC trata:

“Aquele que se nega a submeter-se a exame médico necessário não poderá aproveitar-se de sua recusa”. Logo, se o genitor resistir ao exame de comprovação pode ser presumido que ele seja o pai.

Dias (2017, p. 161) menciona a possibilidade de demanda proposta por pai e filho:

Quando a demanda é proposta conjuntamente pelo pai e pelo filho, trata-se de demanda declaratória de paternidade. Nada há a investigar, apenas declarar o que já é de conhecimento das partes. Limita-se o juiz a chancelar situação de fato preexistente.

Conforme procedimento previsto no Provimento nº 16 do Conselho Nacional de Justiça, a ação judicial não é necessária quando proposta por pai e filho, havendo a possibilidade de ambos comparecerem diretamente ao cartório para fazerem o reconhecimento do vínculo. O ato será devidamente averbado, expedindo-se nova Certidão de Nascimento.

Dentre os doutrinadores, Venosa (2014, p. 282) ressalva a importância do reconhecimento do vínculo familiar e que ele tem efeito declaratório, conforme segue:

O reconhecimento, como já afirmado, tem efeito *ex tunc*, retroativo, daí por seu efeito é declaratório. Sua eficácia é *erga omnes*, refletindo tanto para os que participaram do ato de reconhecimento, voluntário ou judicial, como em relação a terceiros. Dessa eficácia decorre a invisibilidade do reconhecimento: ninguém pode ser filho com relação a uns e não filho com relação a outros.

O reconhecimento da filiação é necessário para gerar os efeitos para as partes envolvidas, como os direitos e deveres. Portanto, além do reconhecimento das filiações já estudadas até o momento, parte-se para a importância da análise do instituto da socioafetividade, que é o objetivo de estudo do próximo capítulo.

3 DO RECONHECIMENTO JUDICIAL DA SOCIOAFETIVIDADE

O instituto da socioafetividade, cujo conceito foi abrangido recentemente pelo ordenamento jurídico, difere da parentalidade biológica quanto à sua origem. A biológica é decorrente de laços consanguíneos, enquanto a socioafetiva é pela presença do afeto entre os indivíduos. O afeto não está limitado à posse do estado de filho, mas, também, se estende à adoção e aos meios de reprodução assistida.

Para melhor compreender o instituto da afetividade, faz-se necessário analisá-lo considerando sua evolução como fenômeno na perspectiva do Direito, e não somente como um sentimento. Vale ressaltar que este é o objetivo deste trabalho: conceituar o afeto existente nas relações familiares, fazendo alusão ao desenvolvimento do instituto ao longo do tempo, nas ciências jurídicas, caracterizando-se como princípio e elemento norteador da constituição da família.

3.1 Evolução histórica

Os filhos concebidos fora do casamento não possuíam direitos juridicamente reconhecidos antes da Constituição Federal de 1988. Contudo, os vínculos de afeto, muitas vezes, sobrepõem-se a outras formas de constituir família; por isso, a necessidade de observar a vontade das partes. O objeto de estudo, neste tópico, é o caminho que a socioafetividade percorreu para ser reconhecida.

Conforme Farias e Rosenvald (2019, p. 629), a Constituição Federal impôs vedações ao tratamento discriminatório que era oferecido aos filhos:

A Carta Cidadã em vigor proclamou o estatuto único da filiação, vedando qualquer discriminação aos filhos. Com isso, todos os filhos passaram a merecer idêntico tratamento, não mais havendo distinção entre filhos do casamento (que traziam consigo a presunção *pater is est*) e os filhos extraconjugais.

A parentalidade socioafetiva difere da biológica, pois ambas têm origem e particularidades distintas de parentesco. Enquanto a biológica se origina e se define com base em caracteres biológicos, a socioafetiva é originária e definida pelo afeto existente entre os envolvidos; porém, as duas são merecedora de idêntica proteção (FARIAS; ROSENVALD, 2019).

Então, é sabido que o vínculo socioafetivo é marcado por um conjunto de atos de afeição e solidariedade, que deixam clara e explícita a existência de uma relação entre pai/mãe e filho, não decorrendo da prática de um único ato de afeto (DONIZETTI, 2007).

Diante da necessidade de valorar o sentimento existente entre as partes e corroborar para a não discriminação dos filhos, o afeto passou a ser reconhecido na doutrina jurídica como também, nos Tribunais. Porém, nem sempre o afeto configurou como um elemento importante para a constituição do vínculo familiar da maneira como é hoje.

A organização familiar do passado era formada com o único intuito de constituir família e adquirir patrimônio, visto que cada membro possuía um papel na relação. Os integrantes da família eram primitivos e apresentavam características e hábitos rudimentares. Além disso, os interesses de ordem econômica predominavam nos núcleos familiares, não havendo preocupação com o afeto e a felicidade dos indivíduos (MADALENO, 2013).

Por esse motivo, era impossível a dissolução do vínculo do casamento, pois, segundo Farias e Rosenvald (2019, p. 35) “a desagregação da família, corresponderia à desagregação da própria sociedade”. Entendia-se que o vínculo formado pelo casamento não poderia ser desfeito, pois causaria prejuízos morais e financeiros.

Com o passar do tempo, as antigas civilizações, como, por exemplo, a

civilização egípcia e mesopotâmica, mostraram um pequeno avanço, passando a existir instituições familiares estruturadas, que se caracterizavam pela vivência em pequenos grupos ligados por critérios biológicos; entretanto, o afeto ainda não era um fator que unia as pessoas (MACHADO, 2012).

Na Roma antiga, o compartilhamento da mesma crença religiosa era um meio de formar vínculos familiares, ou seja, indivíduos que pertenciam à mesma religião eram caracterizados como parentes, não sendo necessário haver laços biológicos (CALDERON, 2011).

Segundo o breve histórico, pode-se perceber que a formação familiar passou por uma lenta transformação. A forma tradicional de família perdurou por séculos, razão pela qual ainda é difícil aceitar novas formas de estrutura familiar pela sociedade. Grupos mais conservadores ainda relutam em aceitar a paternidade ou maternidade além do critério biológico instituído.

A partir de movimentos e da evolução ao longo do tempo, o afeto passou a ser valorizado e reconhecido socialmente, a partir do início do século XVIII, sob a influência das consequências da Revolução Industrial e do cenário da pós-guerra mundial, quando o formato de família tradicional começa a ser rompido (CALDERON, 2011).

De acordo com Dias (2013, p. 28), o quadro hierarquizado e patriarcal da família não resistiu à Revolução Industrial, visto que aumentou a necessidade de mão de obra, principalmente, para desempenhar atividades terciárias:

Foi assim que a mulher ingressou no mercado de trabalho, deixando o homem de ser a única fonte de subsistência da família. A estrutura da família se alterou, tornou-se nuclear, restrita ao casal e a prole. Acabou a prevalência do seu caráter produtivo e reprodutivo. A família migrou do campo para as cidades e passou a conviver em espaços menores. Isso levou à aproximação dos seus membros, sendo mais prestigiado o vínculo afetivo que envolve os seus integrantes.

Neste momento, o reconhecimento do afeto corroborou para uma visão de mundo voltada para a dignidade da pessoa humana e os sentimentos de cada indivíduo. Passou-se a considerar como fundamental a nova ordem jurídica do direito à convivência familiar, aderindo à doutrina da proteção integral, conforme palavras de Cassettari (2017, p. 16):

Transformou a criança em sujeito de direito. Deu prioridade à dignidade da pessoa humana, abandonando a feição patrimonialista da família. Proibiu quaisquer designações discriminatórias à filiação, assegurando os mesmos direitos e qualificações aos filhos nascidos ou não da relação de casamento e aos filhos havidos por adoção.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, o conceito jurídico de família foi ampliado, passando a compreender a família formada pela união estável entre homem e mulher e a família monoparental, formada por um ascendente e seus descendentes, bem como, deixou-se de lado o modelo padrão de família formada pelo casamento e passou-se a entender como família, a formada pelo afeto, como a socioafetiva e homoafetiva (PESSANHA, 2011).

Consoante o exposto, a Constituição Federal pode ser considerada um marco histórico, por mudar o entendimento de que somente os vínculos biológicos e a família formada pelo casamento merecem reconhecimento.

Nas palavras de Lôbo (2014, p. 23), a família tradicional apresentava-se de modo convencional, através do direito patrimonial e, após mudanças, passou a ser fundada através de laços individuais. Veja-se:

Agora, é fundada na solidariedade, na cooperação, no respeito à dignidade de cada um de seus membros, que se obrigam mutuamente em uma comunidade de vida. A família atual é apenas compreensível como espaço de realização pessoal afetiva, no qual os interesses patrimoniais perderam seu papel de principal protagonista. A repersonalização de suas relações empodera as entidades familiares, em seus variados tipos ou arranjos.

Ainda, Farias e Rosenvald (2019, p. 36) completam o entendimento de família contemporânea:

Funda-se, portanto, a família pós moderna em sua feição jurídica e sociológica, no afeto, na ética, na solidariedade recíproca entre os seus membros e na preservação da dignidade deles.

A história mostra que o afeto nunca havia sido considerado como elemento constitutivo nas relações familiares, prevalecendo sempre a origem biológica sobre as demais, o que não condiz com a proteção da dignidade da pessoa humana.

Porém, com o passar dos tempos, o conceito de família evoluiu significativamente até que, nos dias de hoje, passou a assumir uma figura plural, múltipla, que pode dizer respeito a um ou mais indivíduos, ligados por traços biológicos ou socioafetivos (FARIAS; ROSENVALD, 2019).

Contudo, o Direito Civil também precisou passar por uma nova postura metodológica, objetivando reconhecer as diversas estruturas familiares. Sendo assim, o Direito Civil e o Direito Constitucional devem ser interpretados conjuntamente, com o intuito de um maior desenvolvimento econômico, social e político nas relações (CASSETTARI, 2017).

Presencia-se a época da globalização, que exerce influências, em diversos aspectos, sobre a família contemporânea. Assim, a nova maneira de pensar e de encarar os direitos de cada indivíduo fortaleceu a organização familiar, visto ser a instituição fundamental, a base, onde o indivíduo constrói sua personalidade e seus hábitos. Por isso, é de suma importância falar sobre o afeto nas relações familiares, o qual constitui fator determinante para o desenvolvimento do indivíduo. Trata-se de uma grande conquista, que apresenta uma gradativa evolução, com pequenas vitórias.

Sendo o afeto determinante nas relações familiares, os indivíduos não são mais obrigados a seguir um padrão de formação de família, mas não livres para escolher os vínculos que queiram formar. Nesse sentido, ressalta-se a função do Direito de evoluir e de reconhecer as novas formas, corroborando para que não haja discriminação. Ou seja, devem ser respeitadas as características de cada indivíduo, prevalecendo a proteção da sua dignidade.

Na próxima seção, aborda-se o conceito de socioafetividade, apontando seus requisitos necessários e os princípios que norteiam o entendimento e o conhecimento do instituto.

3.2 Socioafetividade

Passa-se agora a conceituar o instituto da socioafetividade, termo que conquistou a mente dos juristas brasileiros, pois proporciona a junção dos fenômenos social e normativo.

Nas palavras de Lôbo (2014, p. 25):

De um lado encontra-se o fato social e de outro o fato jurídico, no qual o primeiro se converteu após a incidência da norma jurídica. A norma é o princípio jurídico da afetividade. As relações familiares e de parentesco são socioafetivas, porque congrega o fato social (sócio) e a incidência do princípio normativo (afetividade).

Diante da pluralidade das famílias, o afeto passou a ser reconhecido como uma das inúmeras formas de constituir família, compreendendo um dos principais fatores a ser estudado no âmbito das relações familiares.

As relações familiares são norteadas, acima de tudo, pela convivência e pelo cuidado de seus integrantes, de modo que a mera ligação biológica tornou-se fator insuficiente para determinar a existência de uma família, predominando a vontade das partes e sua autorrealização (TYBUSCH; LEMOS, 2019).

De acordo com Lôbo (2014, p. 24), a família é socioafetiva em decorrência de ser grupo social considerado base da sociedade e unido por laços de afeto:

A afetividade, como categoria jurídica, resulta da transeficácia de parte dos fatos psicossociais que a converte em fato jurídico, gerador de efeitos jurídicos. Todavia, no sentido estrito, a socioafetividade tem sido empregada no Brasil para significar as relações de parentesco não biológico, de parentalidade e filiação, notadamente quando em colisão com as relações de origem biológica.

Ainda, Welter (2002, p. 133) considera a possibilidade do conhecimento da filiação socioafetiva, visto que o amor está acima de tudo:

Filiação afetiva pode também ocorrer naqueles casos em que, mesmo não havendo nenhum vínculo biológico ou jurídico (Adoção), os pais criam uma criança por mera opção, denominado filho de criação, (des)velando-lhe todo o cuidado, amor, ternura, enfim, uma família, 'cuja mola mestra é o amor entre seus integrantes; uma família, cujo único vínculo probatório é o afeto'.

Resta comprovado que o afeto é um sentimento existente nas relações familiares e, por não possuir legislação específica, o artigo 1.593 do Código Civil (2002) é sua base jurídica, que determina: "O parentesco é natural ou civil, conforme resulte da consanguinidade ou outra origem". Portanto, o artigo constituiu uma oportunidade jurídica para as novas modalidades de filiação e de formação da família, assim como o reconhecimento da filiação socioafetiva (LÔBO, 2004, p.17).

Logo, pode ser considerado que a parentalidade socioafetiva está inserida no termo “outra origem”. Porém, a parentalidade socioafetiva não se limita somente à posse do estado de filho, qual seja, o nome, o tratamento como se filho fosse e o reconhecimento público. O artigo 1.593 do CC, ao referir-se ao parentesco civil, abre a possibilidade do reconhecimento da adoção, bem como, dos filhos havidos por reprodução assistida, em que também estão presentes laços de afeto.

A adoção possui amparo na legislação e é considerada como o ato de oportunizar a uma pessoa a sua inserção no núcleo familiar, de modo a garantir todos os direitos inerentes. Trata-se de um ato de amor estabelecido pela convivência, afastando a ideia de que a adoção só ocorre quando alguém está impossibilitado de gerar o seu filho pelo modo biológico (FARIAS; ROSENVALD, 2019). Nesse sentido, a adoção é compreendida como uma parentalidade socioafetiva, visto ser regida por laços de afeto.

A adoção pode ser jurídica, quando segue o regramento da lei, ou de fato, quando não é formalizada e surge pelo simples ato de vontade de uma pessoa de criar um filho como se fosse seu. É o exemplo dos padrastos e madrastas, que auxiliam na criação do filho do seu companheiro, estando, muitas vezes, mais presentes do que os pais biológicos. Ainda, pode ser considerada preparatória para a adoção jurídica (CASSETTARI, 2017).

Existe, ainda, a adoção à brasileira, que ocorre quando uma pessoa registra o filho como se fosse seu, mesmo sabendo que não é, não observando o devido processo judicial. É considerada ilícita, pois é contrária ao que prevê a norma jurídica, sendo tipificada como crime, conforme o art. 242 do Código Penal. Ocorre, por exemplo, quando uma criança é deixada na porta da casa de outrem, que a registra como se fosse sua (FARIAS; ROSENVALD, 2019).

A reprodução assistida pode ser homóloga ou heteróloga. A primeira ocorre nos casos em que a fecundação ou inseminação é feita com material genético do casal. Pode ocorrer nos casos em que o marido já é falecido, mediante a manifestação por escrito do marido, quando ainda era vivo (GONÇALVES, 2014).

A heteróloga é quando um casal pretende ter filhos, mas não consegue de maneira natural, pelo fato de um dos dois ter algum problema para produção de

material genético. Então, o casal recorre a outros meios, como bancos de sêmen, para utilizar o material genético de um terceiro, ou seja, um doador anônimo. Desta maneira, o cônjuge que não puder ter filhos devido a algum fato genético, ao consentir com a reprodução heteróloga, terá um filho presumidamente seu, consoante o art. 1.597, V do Código Civil. Por mais que não tenha o mesmo critério biológico, assumirá uma relação de afeto com a criança e terá seu nome no Registro Civil da criança, reconhecendo assim, os mesmos efeitos da parentalidade biológica (CASSETTARI, 2017).

Esta última também é possível nos casos de pessoas que vivem em união estável, hétero ou homoafetiva (FARIAS; ROSENVALD, 2019).

Para Maluf e Maluf (2016, p. 522), se a expressão “outra origem” indicada no artigo 1.593 do CC refere-se unicamente a adoção, o legislador somente teria repetido a regra do Código já revogado.

Entende-se que a expressão “outra origem” foi utilizada de maneira inovadora e ampla pelo Código Civil vigente, de modo a abranger outras espécies de parentesco, além do consanguíneo e do civil ou por adoção, antes previstos no Código Civil de 1916 (arts. 330 e 336).

Portanto, o art. 1.593 refere-se também a outras hipóteses, além da adoção, visto que, em todas as relações, o afeto deve estar presente. Logo, o artigo concorda para o entendimento de que é possível o reconhecimento do parentesco resultante de outros vínculos, podendo o afeto ser considerado como um deles. Ainda, os Enunciados nº 108 e 256, ambos das Jornadas de Direito Civil, fortalecem a possibilidade, como segue:

Enunciado 108: No fato jurídico do nascimento, mencionado no art. 1.603, compreende-se, à luz do disposto no art. 1.593, a filiação consanguínea e também a socioafetiva.

Enunciado 256: A posse do estado de filho (parentalidade socioafetiva) constitui modalidade de parentesco civil.

Diante da inexistência de legislação específica para o reconhecimento da socioafetividade como vínculo formador da família, os princípios, por analogia, também podem ser usados para uma melhor resolução dos casos. Passa-se, então,

à análise dos princípios do Direito de Família, que fundamentam a importância do afeto.

3.2.1 Princípios

Vários são os princípios presentes no ordenamento jurídico, mas, neste trabalho, somente três serão abordados: o princípio da dignidade da pessoa humana, princípio do melhor interesse da criança e do adolescente e o princípio que embasa este estudo, o da afetividade.

O primeiro princípio, o da dignidade da pessoa humana, é o condutor dos demais princípios, objetivando a proteção por parte do Estado dos direitos de cada indivíduo. Percebe-se que a dignidade da pessoa sempre existiu, mas, somente com a Constituição Federal, em seu art. 1º, inciso III, este princípio ganhou forças, conforme descreve Lôbo (2014, p. 55):

Somente nas últimas décadas do século XX, nomeadamente com o advento do Estatuto da Mulher Casada de 1962, da Lei do Divórcio de 1977 e da Constituição de 1988, houve um giro substancial, no sentido de emancipação e revelação dos valores pessoais. Atualmente, a família converteu-se em *locus* de realização existencial de cada um de seus membros e de espaço preferencial de afirmação de suas dignidades. Dessa forma, os valores coletivos de família e os pessoais de cada membro devem buscar permanentemente o equilíbrio.

Pode ser conceituado como o princípio maior, fundante do Estado Democrático de Direito. Está disciplinado no primeiro artigo da Constituição Federal, visto que passou a receber valoração diante da preocupação do constituinte com a promoção dos direitos humanos e da justiça social, tratando a dignidade humana como valor nuclear da ordem constitucional. Trata-se de um norte para a ação do Estado, e não um limite para a sua atuação (DIAS, 2013).

O princípio está relacionado com todas as áreas do direito, porém, considerando o histórico traçado pelo direito de família, o reconhecimento da dignidade da pessoa humana recebe importância maior ainda, pois deve garantir igual

tratamento para todos, sendo vedado o tratamento diferenciado às diversas formas de constituir família e, conseqüentemente, o vínculo de filiação.

Segue-se o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, que devem ser tratados com prioridade. Fundamenta-se nos artigos 4º e 227 da Constituição Federal, que indicam ser dever da família, da comunidade e do Estado assegurar os direitos a todas as crianças e adolescentes, bem como, afastá-los de atos atentatórios à sua dignidade.

O princípio faz referência à vulnerabilidade e à fragilidade desses indivíduos, tornando-os pessoas que necessitam de tratamento especial, conforme Dias (2013, p. 71):

Daí a consagração constitucional do princípio que é assegurado a crianças, adolescentes e jovens, com prioridade absoluta, direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar comunitária. Também são colocados a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (conforme art. 227 da CF/88).

Assim, nas ações de família que envolvem criança ou adolescente, este princípio deve ser utilizado para fundamentar a decisão. Lôbo (2014, p. 70) esclarece:

O princípio do melhor interesse ilumina a investigação de paternidades e filiações socioafetivas. A criança é a protagonista principal, na atualidade. No passado recente, em havendo conflito, a aplicação do direito era mobilizada para os interesses dos pais, sendo a criança mero objeto da decisão. O juiz deve sempre, na colisão da verdade biológica com a verdade socioafetiva, apurar qual delas contempla o melhor interesse dos filhos, em cada caso, tendo em cota a pessoa em formação.

Portanto, verifica-se a importância de analisar cada caso concreto, devendo sempre estar em evidência o bem estar e melhores condições de vida para a criança ou adolescente, pois não possuem capacidade para gerir sua vida por conta própria, sendo necessário haver quem o faça por eles. Por esse motivo, é perceptível que os vínculos biológicos nem sempre serão predominantes, pois o afeto deve estar presente em todas as relações.

Finalmente, temos o princípio da afetividade, que passou a ter reconhecimento na Constituição Federal a partir das alterações pelas quais passou o Direito de Família. Em breves palavras, o princípio é usado como fundamento para romper com

as desigualdades ainda existentes no âmbito familiar, assegurando que irmãos biológicos e adotivos devem receber o mesmo tratamento.

Segundo Lôbo (2014, p. 66), o princípio da afetividade está destacado na Constituição Federal, bem como, os fundamentos essenciais ao princípio:

Encontram-se na Constituição fundamentos essenciais ao princípio da afetividade, constitutivos dessa aguda evolução social da família brasileira, além dos já referidos: a) todos os filhos são iguais, independentemente de sua origem (art. 227, § 6º); b) adoção, como escolha afetiva, alcançou-se integralmente ao plano da igualdade dos direitos (art. 227, § 5º e §6º); c) a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes, incluindo-se os adotivos, tem a mesma dignidade de família constitucionalmente protegida (art. 226, § 4º); d) a convivência familiar (e não a origem biológica) é prioridade absoluta assegurada à criança e ao adolescente (art. 227).

De acordo com Dias (2013, p. 72), o referido princípio está relacionado com o princípio da felicidade, por valorizar a vontade de cada indivíduo. Ainda, a obrigação de assegurar afeto aos cidadãos é do próprio Estado, que deve promover as corretas diretrizes para que isso se concretize, visto tratar-se de direito fundamental a toda pessoa, conforme segue:

O Estado impõem a si obrigações para com seus cidadãos. Por isso elenca a Constituição um rol imenso de direitos individuais e sociais, como forma de garantir a dignidade de todos. Tal nada mais é do que o compromisso de assegurar afeto: o primeiro obrigado a assegurar o afeto por seus cidadãos é o próprio Estado.

Compreende-se, então, que este princípio funciona como uma condução que reestrutura a tutela jurídica do direito de família, onde a preocupação maior é a da qualidade dos laços ligados aos núcleos familiares, e não a forma através da qual as entidades familiares se apresentam e são vistas em sociedade, superando assim o modelo tradicional, baseado no formalismo das codificações liberais e o patrimonialismo que delas herdamos (TEIXEIRA; RODRIGUES, 2015).

Por esse motivo, fala-se da obrigatoriedade de reconhecer os filhos do afeto como se de sangue fossem, sem discriminação, garantindo-lhes os mesmos direitos e deveres, conforme a lição de Cassettari (2017, p. 19):

Se todos são iguais perante a lei, não podemos fazer distinção entre pais e filhos, tentando valorar a importância do afeto para um ou outro, já que existe importância desse valor jurídico para ambos. Não podemos esquecer que o direito à igualdade é uma garantia fundamental, prevista em cláusula pétrea,

e que qualquer interpretação contrária a isso afrontaria nossa Constituição Federal.

Logo, o direito ao reconhecimento do afeto nas relações familiares não possui legislação própria. Por isso, os princípios assumem a importante função de auxiliar os julgadores a decidirem os casos. Assim, passa-se à análise dos requisitos necessários para o reconhecimento do vínculo socioafetivo.

3.2.2 Requisitos para o reconhecimento da socioafetividade

Para o reconhecimento da existência da maternidade ou paternidade socioafetiva, a doutrina dispõe sobre a necessidade da comprovação dos requisitos que compõem a posse de estado de filho, sendo eles: nome da família dos pais afetivos, trato e fama, que serão objeto de estudo neste momento. Com isso, na esfera judicial, a ação adequada é a Declaratória de Reconhecimento de Filiação Socioafetiva.

O afeto é o ato de cuidar e educar os filhos, independentemente de vínculos consanguíneos que geram tal obrigação. É que leciona Boeira (1999, p. 54):

É a posse de estado, a expressão forte e real do parentesco psicológico, a caracterizar a filiação afetiva. Aliás, não há modo mais expressivo do reconhecimento do que um pai tratar o seu filho como tal, publicamente, dando-lhe proteção e afeto, e sendo o filho assim reputado pelos que, com ele, convivem. E pode-se afirmar que a desbiologização da paternidade tem, na posse de estado de filho, sua aplicação mais evidente.

Portanto, deve haver a presença do laço de afetividade e a prova do tempo de convivência. Conforme Cassettari (2017, p. 33), verificar o tempo mínimo de convivência e o momento exato do início da relação uma tarefa difícil, mas, analisando cada caso concreto, é possível perceber quando a parentalidade começou a surgir efeitos, sendo que, quanto maior o tempo, maior será a certeza da existência dos vínculos afetivos. Portanto, conclui-se que o que faz nascer o afeto entre as pessoas é a convivência entre elas.

A posse de estado de filho é percebida quando há demonstração de conduta afetiva e convivência pública entre pai e filho, encontrada ainda nos atos de resguardar e proporcionar a assistência necessário do filho (FUJITA, 2011).

Cassettari (2017, p. 39) complementa o entendimento, acrescentando que os requisitos da posse do estado de filho devem estar presentes também na filiação biológica, como segue:

Cumpra ressaltar que tais requisitos da posse de estado de filho não são exclusivos da parentalidade socioafetiva, mas também da biológica, haja vista que os pais biológicos devem tratar os seus filhos como se fossem, também, socioafetivos, dando-lhes afeto, dirigindo-lhes a educação, ou seja, conjugando *nomem*, *tractatus* e *fama*, adotando-os de coração.

Portanto, quando se fala do reconhecimento do laço socioafetivo, deve ser demonstrada e comprovada a convivência respeitosa, pública e firmemente estabelecida entre os envolvidos (FARIAS; ROSENVALD, 2019).

Dias (2017, p. 212), ao tratar da posse do estado de filho, faz menção ao artigo 1.605, II do CC:

Como a filiação pode ser provada quando existirem veementes presunções resultantes de fatos já certos (art. 1.605, II do CC), a chamada posse de estado de filho gera o estado de filiação: quando o filho detém o *nomem*, a *fama* e o *tractatus*, ou seja, se reconhece como filho e assim é tratado e conhecido.

Logo, para ser reconhecido o laço de afeto existente, deve haver o tratamento como se filho fosse, o uso do sobrenome da família e a relação deve ser pública, reconhecida no meio social onde vivem as partes. Contudo, existem doutrinadores que dispensam a necessidade do requisito nome, sendo suficiente a comprovação dos requisitos do tratamento e da fama. Este último é essencial, pois revela a conduta concedida ao filho, sendo notória na comunidade onde vivem (CASSETTARI, 2017).

Então, é possível perceber que os requisitos da afetividade determinam a filiação em várias hipóteses, como elenca Farias e Rosenvald (2019, p. 635) em um rol exemplificativo:

[...] (I) na adoção obtida judicialmente; (II) no fenômeno de acolhimento de um “filho de criação”, quando demonstrada a presença da posse do estado de filho; (III) na chamada “adoção à brasileira” (reconhecer voluntariamente

como seu um filho que sabe não ser); (IV) no reconhecimento voluntário ou judicial da filiação de um filho de outra pessoa (quando um homem, enganado pela mãe ou por ter sido vencido em processo judicial é reconhecido como pai e, a partir daí, cuida desse filho, dedicando amor e atenção.

Cada caso possui sua especificidade, mas deve ser compreendido que o afeto está cada vez mais presente nas relações familiares. Após breve análise dos requisitos da socioafetividade, o próximo item aborda o reconhecimento da multiparentalidade.

3.3 Multiparentalidade

Neste momento, aborda-se a multiparentalidade, considerada um dos efeitos da socioafetividade, pois há a existência de mais de uma figura paterna ou de mais de uma figura materna.

A multiparentalidade ou multiplicidade de vínculos parentais é um fenômeno recente, mas já acolhido no ordenamento jurídico brasileiro e na jurisprudência, com fundamento nos princípios da dignidade da pessoa humana e da afetividade.

De acordo com Pereira (2015, p. 470), é possível conceituar a multiparentalidade como a relação do filho com mais de um pai ou mais de uma mãe:

É o parentesco constituído por múltiplos pais, isto é, quando um filho estabelece uma relação de paternidade/maternidade com mais de um pai e/ou mais de uma mãe. Os casos mais comuns são os padrastos e madrastas que também se tornam pais/mães pelo exercício das funções paternas e maternas, ou em substituição a eles; A multiparentalidade é comum, também, nas reproduções medicamente assistidas que contam com a participação de mais de duas pessoas no processo reprodutivo, como por exemplo, quando o material genético de um homem e uma mulher é gestado no útero de uma outra mulher.

Quanto ao reconhecimento da multiparentalidade e da socioafetividade, Dias (2017, p. 214) dispõe:

Para o reconhecimento da filiação pluriparental, basta flagrar os estabelecimento do vínculo de filiação com mais de um pai ou mais de uma mãe. Coexistindo vínculos parentais afetivos e biológicos, mais do que apenas um direito, é uma obrigação constitucional reconhecê-los. (...) Não há

outra forma de preservar os direitos fundamentais de todos os envolvidos, sobretudo no que diz respeito à dignidade e à afetividade.

A possibilidade da multiparentalidade surgiu no cenário jurídico brasileiro com o objetivo de efetivar relações familiares existentes de fato, visto que, nos dias de hoje, o afeto passou a ser o vínculo que as consoma. Contudo, percebe-se na essência do instituto, que o laço afetivo não necessariamente afastará o biológico, isto é, pode ocorrer a coexistência de ambos, mediante a devida inscrição registral (TYBUSCH; LEMOS, 2019).

Portanto, a multiparentalidade pode ser exemplificada pelo reconhecimento da paternidade ou maternidade do padrasto ou da madrasta, que não possuem vínculos sanguíneos com o enteado, mas, diante do vínculo afetivo existente, tratam, cuidam e educam como se filho fosse, garantindo-lhe a tutela jurídica de todos os efeitos cabíveis. É nessa perspectiva que deve ser analisado o artigo 1.636 do Código Civil Brasileiro, visto que as novas relações contraídas pelos genitores não induzem à perda do poder familiar dos filhos do relacionamento anterior.

O fundamento para a existência da multiparentalidade é a necessidade de igualar as filiações biológica e afetiva. Como já visto, nem sempre foi assim, pois o entendimento predominante era de que uma filiação se sobrepõe à outra e que ambas não poderiam coexistir (CASSETTARI, 2017).

Dias (2017, p. 215) esclarece que é possível o duplo reconhecimento do vínculo, conforme segue:

O pai registral que desempenha o papel de pai socioafetivo não perde este estado só pela identificação da verdade biológica. Tanto o filho quanto o pai podem buscar a identificação da ascendência genética. Reconhecida a existência do duplo vínculo – biológico e afetivo -, o registro retratará essa dupla verdade, passando a constar no registro do filho o nome de ambos os pais e de todos os avós. Assumem eles, de forma solidária, os deveres inerentes ao poder familiar. Desse modo, o filho terá direito com relação aos dois pais e aos avós. Como direito a alimentos e direitos hereditários.

É sabido que as famílias multiparentais sempre existiram e vão continuar a existir; contudo, até pouco tempo atrás, eram invisíveis para a sociedade, mas, felizmente, estão recebendo o devido reconhecimento (DIAS, 2017).

O reconhecimento da multiparentalidade confere ao filho e aos pais direitos e obrigações. Portanto, presentes os requisitos para o seu reconhecimento, decorrem todos os efeitos jurídicos típicos de uma relação patrimonial, podendo ser de natureza existencial ou patrimonial, havendo a possibilidade de constar no Registro Civil de Nascimento do filho os nomes de todos os seus pais, como explica Farias e Rosenvald (2019, p. 641):

Assim sendo, o filho passa a ter uma multiplicidade de vínculos para fins hereditários (inclusive com a lembrança da reciprocidade sucessória), para efeitos de parentesco e de guarda compartilhada e visitação, além da possibilidade de cobrança de alimentos (também em caráter recíproco). Outra situação curiosa é que constará do registro civil de nascimento do filho os nomes de todos os seus pais, inclusive com os sobrenomes, em face da pluralidade de vínculos formados, sem que haja uma regra fixa de ordem prioritária para composição do nome, em relação aos homens e às mulheres.

Por fim, os efeitos jurídicos decorrentes do reconhecimento da socioafetividade e, conseqüentemente, da multiparentalidade, serão objeto de estudo do próximo e último capítulo deste trabalho.

4 A (IM)POSSIBILIDADE DO RECONHECIMENTO DA SOCIOAFETIVIDADE NO ÂMBITO REGISTRAL-ADMINISTRATIVO

O Direito de Família se transformou e passou a compreender outras maneiras de formar vínculo familiar, sendo a socioafetividade uma delas. Faz-se necessário o seu devido reconhecimento, para, então, transmitir os direitos e deveres às partes envolvidas. O reconhecimento do filho socioafetivo, até há pouco tempo, era realizado apenas por via judicial, tornando-se um processo lento e custoso para as partes. Tal processo se dava por meio de Ação de Reconhecimento de Filiação Socioafetiva. Porém, pelo fato de a distinção entre os filhos ter cessado, há necessidade de as modalidades de registrar o filho socioafetivo também evoluírem.

Neste capítulo, serão analisados os efeitos decorrentes do reconhecimento da parentalidade socioafetiva, bem como, os aspectos registrais, com o objetivo de responder ao problema proposto, qual seja, a possibilidade extrajudicial do registro.

4.1 Efeitos do reconhecimento da socioafetividade

Para que as relações de parentesco socioafetivas gerem efeitos judiciais, faz-se necessário o seu reconhecimento e, conseqüentemente, o Registro Civil de Nascimento do filho, tornando o ato público. Nesse sentido, analisam-se, neste tópico, os efeitos decorrentes do ato de reconhecimento da paternidade ou da maternidade

socioafetiva, que são os mesmos aplicados à filiação, concedendo assim, direitos uniformes a todos os filhos.

A Constituição Federal (1988) acabou com a discriminação entre os filhos, reconhecendo constitucionalmente a igualdade entre eles, independentemente do vínculo. Portanto, entende-se que os efeitos jurídicos da paternidade ou da maternidade socioafetiva serão os mesmos para todos, independentemente de sua origem (DIAS, 2017).

Farias e Rosenvald (2019, p. 637) confirmam o exposto e mencionam os efeitos gerados:

Fixada a filiação pelo critério socioafetivo, todos os efeitos decorrem automaticamente, sejam existenciais ou patrimoniais. Por isso, o filho socioafetivo terá direito à herança e aos alimentos (efeitos patrimoniais) e, igualmente, estabelecerá o vínculo de parentesco e estará sob o poder familiar do pai afetivo (efeitos pessoais), dentre outros.

Então, percebe-se que a única questão que difere a parentalidade biológica e socioafetiva é a sua origem, visto que a primeira é pelo vínculo consanguíneo e a segunda pela presença de laços afetivos. Porém, ambas devem coexistir, sendo reconhecido e devidamente registrado o vínculo socioafetivo entre as partes. Os efeitos são transmitidos automaticamente, retroagindo a sua aplicabilidade à data do início da convivência, na qual se formou a relação afetiva.

Welter (2009, p. 222) aponta que ambas as paternidades são iguais, não podendo haver predominância de uma delas, conforme explicitado a seguir:

Visto o direito de família sobre o prisma da tridimensionalidade humana, deve-se atribuir ao filho o direito fundamental às paternidades genética e socioafetiva e, em decorrência, conferir-lhe todos os efeitos jurídicos das duas paternidades. Numa só palavra, não é correto afirmar, como o faz a atual doutrina e jurisprudência do mundo ocidental, que a “paternidade socioafetiva se sobrepõe à paternidade biológica”, ou que “a paternidade biológica se sobrepõe à socioafetiva”, isso porque ambas as paternidades são iguais, não havendo prevalência de nenhuma delas, exatamente porque fazem parte da condição humana tridimensional, que é genética, afetiva e ontológica.

Alguns autores começaram a criticar as decisões dos julgadores, que passaram a reconhecer o vínculo afetivo, sobrevalendo-o ao vínculo biológico, o que também motivaria injustiças. Por este motivo, deve-se analisar sempre cada caso concreto.

Quanto aos efeitos propriamente ditos, o primeiro é o direito ao nome. O artigo 16 do Código Civil (2002) prevê que toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome. Então, percebe-se que o filho poderá usar o nome do pai ou da mãe afetivos, por tratar-se de direito essencial à sua personalidade.

O nome, por estar inserido na personalidade da pessoa, dispõe de um valor que se insere no conceito de dignidade humana. Deste modo, trata-se de direito dos filhos de receberem o nome dos pais; é obrigação dos pais de registrar seus filhos, conferindo-lhes nome e filiação. Assim sendo, quando reconhecida a filiação afetiva, automaticamente surge o direito de retificar a Certidão de Nascimento e fazer constar o nome do pai ou da mãe socioafetiva (DIAS, 2017).

Além do direito ao nome, o filho terá direito aos alimentos. A matéria está disciplinada no Código Civil de 2002 e prevê, em seu artigo 1.694, a obrigação alimentar. O artigo menciona que podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver.

O artigo 1.696 do referido diploma legal referencia que o direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos e extensivo a todos os ascendentes, recaiando a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros. Este entendimento encontra-se também no Enunciado nº 341 do Conselho de Justiça Federal, que diz: “Para fins do art. 1.696, a relação socioafetiva pode ser elemento gerador de obrigação alimentar”.

Farias e Rosenvald (2019, p. 736), por sua vez, argumentam que os alimentos, numa concepção jurídica, podem ser conceituados como tudo o que se figurar necessário para a manutenção de uma pessoa humana e de sua dignidade.

Portanto, trata-se de um dever dos pais manter os seus filhos, proporcionando-lhes as melhores condições possíveis. Nesta prestação estão incluídos todos os gastos, desde alimentação, educação, vestuário, assistência médica, como também gastos extraordinários, aqueles que não ocorrem todo o mês, mas que são essenciais para a manutenção do filho.

Partindo da premissa de que o reconhecimento da paternidade ou da maternidade socioafetiva se estende aos demais parentes, ligando esse filho aos demais membros da família, pode ser cobrado dos demais a prestação dos alimentos, da mesma maneira que ocorre com a parentalidade biológica, desde que seja analisado o binômio necessidade e possibilidade (CASSETTARI, 2017).

Ainda, a Constituição Federal (1988) prevê no artigo 229 que o dever dos pais referente ao sustento e amparo dos filhos deriva do poder familiar, bem como, o direito recíproco de, na velhice dos pais, os filhos prestarem auxílio (DIAS, 2013).

Por fim, Cassettari (2017, p. 129) esclarece a possibilidade de os pais complementarem a pensão, veja-se:

No que tange aos alimentos prestados pelo pai ou mãe socioafetivos, se o valor pago pelo pai biológico for insuficiente para as necessidades do alimentado, poder-se-ia propor uma ação de alimentos contra o pai ou mãe socioafetivos para que esses complementem a pensão de que aquele necessita, como ocorre, por exemplo, no caso dos avós terem que complementar a pensão paga pelos seus filhos, se a mesma não satisfizer as necessidade de que os pleiteia.

Conclui-se, então, que o efeito jurídico dos alimentos se estende ao filho socioafetivo, uma vez que o dever de alimentar é resultante do vínculo de parentesco entre os indivíduos. Por isso, fala-se da necessidade do seu reconhecimento, pois, caso contrário, não poderá ser cobrada a prestação pelo requerente.

Estabelecido o direito aos alimentos, surge o direito à guarda dos filhos. O artigo 1.583 do CC (2002) estabelece que a guarda do filho pode ser unilateral, designada a um só dos genitores, ou compartilhada, que consiste no exercício conjunto de responsabilidades, direitos e deveres para os pais que não vivem mais juntos, ou seja, ambos assumirão o papel de zelar pelas melhores condições do filho.

Sendo assim, quando verificado que ambos os pais possuem condições para assumirem a guarda do filho e estão aptos para exercer o poder familiar, será concedida a guarda compartilhada. Consequentemente, todas as regras aplicadas à filiação podem ser aplicadas aqui, pois ambos os pais socioafetivos possuem o direito à guarda do filho, visto que o que deve ser entendido é o melhor interesse da criança, como já mencionado (CASSETTARI, 2017).

Trata-se do direito à convivência assegurado por lei às partes, tanto dos pais como dos filhos, para acompanhar o seu desenvolvimento e crescimento.

Contudo, aquele que não tiver a guarda dos filhos possui o direito de visitá-los e tê-los em sua companhia, conforme fixado pelo juiz ou acordado entre os cônjuges (CASSETTARI, 2017).

Ainda, com o reconhecimento da filiação, são conferidos os direitos jurídicos quanto à sucessão dos indivíduos. O direito das sucessões é um campo específico do Direito Civil, e pode ser conceituado como a transmissão de bens, direitos e obrigações em razão da morte, podendo ser para os herdeiros legítimos, necessários ou testamentários (VENOSA, 2017).

De acordo com o artigo 1.786 do CC (2002) a sucessão pode decorrer da lei, a chamada legítima, ou por disposição de última vontade, apontada como testamentária.

Os descendentes, entenda-se os filhos, estão em primeiro lugar para receber sucessão legítima, conforme disciplina o artigo 1.829 do CC (2002). Logo, assimila-se que todas as regras sejam aplicadas de maneira semelhante, equiparando os parentes biológicos e socioafetivos.

Quanto à dúvida em relação à quantidade de herança que o filho possa vir a receber em caso de haver múltiplos pais, o doutrinador não vislumbra problemas, cabendo ao judiciário coibir o abuso de direito. Contudo, o oposto também é válido, já que a multiparentalidade produz os mesmos efeitos entre as partes, ou seja, se o filho vier a falecer antes dos pais reconhecidos, estes poderão pleitear o direito à herança. Ainda, a crítica feita a este ponto é no caso de o autor demandar o direito sucessório *post mortem* nos casos em que nunca teve contato com o pai biológico, visto ter sido criado pelo pai socioafetivo, não lhe sendo devido mais que uma herança. Logo, pode haver a ação para gerar a perda do direito (CASSETTARI, 2017).

Ainda, o referido autor versa acerca do Direito Previdenciário, pois enxerga um problema na hipótese de o filho perceber benefício referente a mais de um pai falecido, por conta do déficit da Previdência Social. Tal questão dever adaptar-se estabelecendo diretrizes que agradem a ambas as partes (indivíduo e governo). No

caso do exemplo citado, se o filho recebe o benefício do primeiro pai falecido, é permitido ao filho escolher qual quer receber no caso do segundo vir a óbito. Quando o filho falecer antes dos pais, o direito se inverte, devendo ela ser dividida igualmente entre os pais que estão vivos (CASSETTARI, 2017).

Restam demonstrados e comprovados os efeitos jurídicos decorrentes da relação socioafetiva e, conseqüentemente, da multiparentalidade. Contudo, o reconhecimento destes vínculos importa também nos sentimentos existentes entre as partes, muitas vezes, mais importante do que os direitos assegurados, devendo sempre ser primordial o afeto e o amor. Passa-se, então, a análise jurisprudencial da socioafetividade.

4.2 Análise jurisprudencial da socioafetividade

Neste momento, passa-se à análise de decisões jurisprudenciais, que fundamentam o aludido até o momento, visto que não há legislação específica que contemple a socioafetividade. Seu embasamento será a doutrina e a jurisprudência.

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, em Apelação Cível n. 70077198737, reconheceu o vínculo socioafetivo entre os requerentes, enteada e padrasto, visto estar comprovada a posse de estado de filha, presentes os requisitos necessário, quais sejam, nome, trato e fama. A requerente pleiteou o pedido de alteração do nome para a inclusão do sobrenome do padrasto, o que configura a multiparentalidade, visto que seu Registro Civil passará a ter o nome de ambos os pais. Veja-se:

EMENTA: AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA CUMULADA COM ALTERAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. PLEITO DE RECONHECIMENTO DA PATERNIDADE SOCIOAFETIVA E, VIA DE CONSEQUÊNCIA, DA MULTIPARENTALIDADE. CABIMENTO. DETERMINAÇÃO DE RETIFICAÇÃO DO REGISTRO CIVIL, NOS TERMOS DO REQUERIDO.

Embora a existência de entendimento no sentido da possibilidade de conversão do parentesco por afinidade em parentesco socioafetivo somente quando, em virtude de abandono de pai ou mãe biológicos e registraes, ficar caracteriza a posse de estado da filiação consolidada

no tempo, a vivência dos vínculos familiares nessa seara pode construir a socioafetividade apta a converter a relação de afinidade em paternidade propriamente dita. Sob essa ótica, a filiação socioafetiva, que encontra alicerce no artigo 227, § 6º, da Constituição Federal, realiza a própria dignidade da pessoa humana, constitucionalmente prevista, porquanto possibilita que um indivíduo tenha reconhecido seu histórico de vida e a condição social vivenciada, enaltecendo a verdade real dos fatos. Multiparentalidade que consiste no reconhecimento simultâneo, para uma mesma pessoa, de mais de um pai ou mais de uma mãe, estando fundada no conceito pluralista da família contemporânea. Caso dos autos em que a prova documental acostada aos autos e o termo de audiência de ratificação evidenciam que ambas as partes, maiores e capazes, desejam o reconhecimento da filiação socioafetiva e da multiparentalidade, o que, ao que tudo indica, não traria qualquer prejuízo a elas e a terceiros. Genitor biológico da apelante que está de acordo com o pleito, sendo que o simples ajuizamento de ação de alimentos contra ele em 2008, com a respectiva condenação, não descaracteriza, por si só, a existência de parentalidade socioafetiva entre os apelantes. Recurso provido (Apelação Cível Nº 70077198737, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do Estado de RS, Relator: José Antônio Daltoé Cezar. Julgado em: 22/11/2018, publicado em: 28/11/2018).

O Relator fundamentou a decisão com o art. 227, § 6º, da Constituição Federal, admitindo que o parentesco pode ocorrer de maneira natural ou decorrente do afeto, sendo que ambas devem receber o mesmo reconhecimento jurídico e, conseqüentemente, perceber seu efeitos.

Da mesma forma, a Sétima Câmara Cível do TJRS, em decisão à Apelação Cível nº 70073977670, caracterizou a presença da multiparentalidade. Neste caso, o filho foi registrado com o nome do pai afetivo e, posteriormente, o pai biológico reapareceu, requisitando que a Certidão de Nascimento do filho fosse alterada, no sentido de retirar o nome do pai afetivo e acrescentar o seu. Logo, o filho e sua genitora apelaram da decisão que foi procedente para o pai biológico, pedindo que ambos os nomes constem no documento do filho. Conforme:

EMENTA: DIREITO CIVIL. FAMÍLIA. RELAÇÃO DE PARENTESCO. AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE. ANULAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. MULTIPARENTALIDADE. RECONHECIDA A EXISTÊNCIA DE DOIS VÍNCULOS PATERNOS, CARACTERIZADA ESTÁ A POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DA MULTIPARENTALIDADE. TEMA Nº 622 DA REPERCUSSÃO GERAL DO STF. EM JUÍZO DE RETRATAÇÃO, DERAM PROVIMENTO AO RECURSO. (Apelação Cível Nº 70073977670, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Desa Liselena Schifino Robles Ribeiro. Julgado em 12/12/2017, publicado em 14/12/2017).

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça – STJ, no Recurso Especial nº 1.274.240/SC, decidiu acerca da possibilidade da parentalidade socioafetiva prevalecer sobre o reconhecimento da biológica. Veja-se:

EMENTA: FAMÍLIA. FILIAÇÃO. CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE E PETIÇÃO DE HERANÇA. VÍNCULO BIOLÓGICO. PATERNIDADE SOCIOAFETIVA. IDENTIDADE GENÉTICA. ANCESTRALIDADE. DIREITOS SUCESSÓRIOS. ARTIGOS ANALISADOS: ARTS. 1.593; 1.604 e 1.609 do Código Civil; ART. 48 do ECA; e do ART. 1º da Lei 8.560/92. 1.

Ação de petição de herança, ajuizada em 07.03.2008. Recurso especial concluso ao Gabinete em 25.08.2011. 2. Discussão relativa à possibilidade do vínculo socioafetivo com o pai registrário impedir o reconhecimento da paternidade biológica. 3. A maternidade/paternidade socioafetiva tem seu reconhecimento jurídico decorrente da relação jurídica de afeto, marcadamente nos casos em que, sem nenhum vínculo biológico, os pais criam uma criança por escolha própria, destinando-lhe todo o amor, ternura e cuidados inerentes à relação pai-filho. 4. A prevalência da paternidade/maternidade socioafetiva frente à biológica tem como principal fundamento o interesse do próprio menor, ou seja, visa garantir direitos aos filhos face às pretensões negatórias de paternidade, quando é inequívoco (i) o conhecimento da verdade biológica pelos pais que assim o declararam no registro de nascimento e (ii) a existência de uma relação de afeto, cuidado, assistência moral, patrimonial e respeito, construída ao longo dos anos. 5. Se é o próprio filho quem busca o reconhecimento do vínculo biológico com outrem, porque durante toda a sua vida foi induzido a acreditar em uma verdade que lhe foi imposta por aqueles que o registraram, não é razoável que se lhe imponha a prevalência da paternidade socioafetiva, a fim de impedir sua pretensão. 6. O reconhecimento do estado de filiação constitui direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, que pode ser exercitado, portanto, sem qualquer restrição, em face dos pais ou seus herdeiros. 7. A paternidade traz em seu bojo diversas responsabilidades, sejam de ordem moral ou patrimonial, devendo ser assegurados os direitos sucessórios decorrentes da comprovação do estado de filiação. 8. Todos os filhos são iguais, não sendo admitida qualquer distinção entre eles, sendo desinfluyente a existência, ou não, de qualquer contribuição para a formação do patrimônio familiar. 9. Recurso especial desprovido.

(Recurso Especial nº 1274240, Terceira Turma, Superior Tribunal de Justiça, Relatora: Nancy Andrighi. Julgado em 08/10/2013, publicado em 15/10/2013).

O Recurso Especial nº 1.500.999/RJ, da mesma Turma do STJ, tratou acerca da possibilidade da adoção póstuma, visto que os requisitos da socioafetividade estão devidamente demonstrados. Conforme segue:

EMENTA: RECURSO ESPECIAL. DIREITO DE FAMÍLIA. PROCESSUAL CIVIL. ADOÇÃO PÓSTUMA. SOCIOAFETIVIDADE. ART. 1.593 DO CÓDIGO CIVIL. POSSIBILIDADE. ART. 42, § 6º, DO ECA. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. POSSIBILIDADE. MAGISTRADO COMO DESTINATÁRIO DAS PROVAS. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA.

1. A socioafetividade é contemplada pelo art. 1.593 do Código Civil, no sentido de que "o parentesco é natural ou civil, conforme resulte da consanguinidade ou outra origem". 2. A comprovação da inequívoca vontade do de cujus em adotar, prevista no art. 42, § 6º, do ECA, deve observar, segundo a jurisprudência desta Corte, as mesmas regras que comprovam a filiação socioafetiva, quais sejam: o tratamento do menor como se filho fosse e o conhecimento público dessa condição. 3. A paternidade socioafetiva realiza a própria dignidade da pessoa humana por permitir que um indivíduo tenha reconhecido seu histórico de vida e a condição social ostentada, valorizando, além dos aspectos formais, como a regular adoção, a verdade real dos fatos. 4. A posse de estado de filho, que consiste no desfrute público e contínuo da condição de filho legítimo, restou atestada pelas instâncias ordinárias. 5. Os princípios da livre admissibilidade da prova e do livre convencimento do juiz (art. 130 do CPC) permitem ao julgador determinar as provas que entender necessárias à instrução do processo, bem como indeferir aquelas que considerar inúteis ou protelatórias. 6. Recurso especial não provido.

(Recurso Especial n.º 1500999, Terceira Turma, Superior Tribunal de Justiça, Relator: Ricardo Villas Bôas Cueva. Julgado em 12/04/2016, publicado em 19/04/2016).

Após análise de alguns pronunciamentos sobre o tema, é possível concluir que a socioafetividade e a multiparentalidade estão sendo admitidas e reconhecidas pelos Tribunais. Contudo, as decisões não têm um único fundamento, pelo fato de não haver legislação expressa específica a respeito dos assuntos. No próximo tópico, aborda-se o Provimento nº 63 do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), criado para sanar esta lacuna.

4.3 Estabelecimento da socioafetividade diretamente no Registro Civil e Aspectos registrais

O reconhecimento do filho socioafetivo, até pouco tempo atrás, era realizado apenas por via judicial, por meio de Ação de Reconhecimento de Filiação Socioafetiva. Após a sentença, o judiciário encaminhava um mandado de averbação para o Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, para que aí então fosse efetivada a filiação no registro de nascimento da criança, tornando-se um processo lento e custoso para as partes. Neste tópico, analisa-se o reconhecimento da socioafetividade diretamente no Registro Civil, bem como, os aspectos registrais.

Cassettari (2017, p. 265) faz referência à importância do reconhecimento da filiação, nos seguintes termos:

Segundo o inciso II do art. 10 do Código Civil, far-se-á averbação em registro público dos atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação. Isso se dá em razão de que o registro civil é o cartório que guarda toda a história de vida da pessoa, no que tange à sua existência, ao seu nome, à sua parentalidade, ao seu estado civil e à perda da personalidade.

Diferentemente da adoção, o registro de nascimento do filho conterá o nome de ambos os pais, tanto os biológicos como os socioafetivos, não destituindo nenhum vínculo parental, conforme Calderón e Toazza (2019, texto digital):

Na filiação socioafetiva será incluído mais um ascendente, porém os outros permanecerão no registro do filho; já na adoção, ocorre primeiro o rompimento do vínculo com o pai/mãe que consta no registro para, depois, ocorrer a adoção e a realização de uma nova certidão de nascimento apenas com o nome dos adotantes como ascendentes.

Contudo, em 14 de novembro de 2017, foi publicado o Provimento nº 63, do Conselho Nacional de Justiça, com o propósito de regulamentar e facilitar toda a sistemática do reconhecimento, de maneira voluntária, da paternidade e da maternidade socioafetiva no Registro Civil das Pessoas Naturais em todo o território brasileiro, tornando o procedimento mais célere. Ainda, trata o Provimento sobre a uniformização dos modelos de certidão de nascimento, de casamento e de óbito.

Antes disso, o Conselho Nacional de Justiça editou o Provimento nº 16/2012, que regulamenta a Lei nº 8.560/1992, a qual permite ao pai reconhecer espontaneamente os filhos que não tenham essa informação em seu registro.

Logo, alguns Estados brasileiros publicaram, por meio das corregedorias dos seus Tribunais de Justiça, normas a respeito do reconhecimento de filho socioafetivo de maneira extrajudicial, sendo eles, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Santa Catarina, Amazonas e Rio Grande do Sul. Em tais Estados, pode o pai reconhecer o filho afetivo, caso não esteja registrado o nome do pai biológico no seu registro de nascimento, respeitada sempre a anuência da mãe, ou do próprio filho, se maior (SALOMÃO, 2017).

A origem do Provimento surgiu da necessidade de padronizar as diretrizes para o reconhecimento da parentalidade socioafetiva de maneira extrajudicial, em resposta

ao pedido de providência do IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito de Família) feito ao CNJ, em 2015.

Para a edição do Provimento nº 63/2017, foram considerado alguns aspectos, como o reconhecimento voluntário da maternidade e da paternidade perante os oficiais de Registro Civil de Pessoas Naturais; maior facilidade de normas para a realização do registro ou averbação, inclusive, quando tratada em termos de aspectos sucessórios e patrimoniais; maior aceitação doutrinária e jurisprudencial acerca do assunto, contemplando os princípios da afetividade e da dignidade da pessoa humana, como fundamento da filiação civil; possibilidade de o parentesco provir de origem não consanguínea e o reconhecimento de direitos iguais para filhos havidos ou não no casamento, proibindo assim, a discriminação relativa à filiação; por fim, o reconhecimento voluntário da paternidade ou da maternidade socioafetiva perante o princípio da igualdade jurídica e filiação (BROCHADO, 2018).

Então, passa-se à análise dos artigos do Provimento, que regulamenta, nos artigos 10 a 15, o reconhecimento da parentalidade socioafetiva de maneira espontânea, perante os oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais, mediante alegação de laços de afeto.

O Provimento, no artigo 10, determina a possibilidade do reconhecimento da parentalidade socioafetiva sem a intervenção de ato jurisdicional, perante os oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais, que é o problema desta pesquisa, e expressa o que deve ser observado para a sua efetivação:

Art. 10. O reconhecimento voluntário da paternidade ou da maternidade socioafetiva de pessoa de qualquer idade será autorizado perante os oficiais de registro civil das pessoas naturais.

§ 1º O reconhecimento voluntário da paternidade ou maternidade será irrevogável, somente podendo ser desconstituído pela via judicial, nas hipóteses de vício de vontade, fraude ou simulação.

§ 2º Poderão requerer o reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva de filho os maiores de dezoito anos de idade, independentemente do estado civil.

§ 3º Não poderão reconhecer a paternidade ou maternidade socioafetiva os irmãos entre si nem os ascendentes.

§ 4º O pretenso pai ou mãe será pelo menos dezesseis anos mais velho que o filho a ser reconhecido.

Portanto, fica evidente a possibilidade da filiação socioafetiva ser reconhecida diretamente em Cartório, não necessitando da oitiva prévia do Ministério Público ou

de homologação judicial, refletindo todos os efeitos jurídicos pertinentes (FARIAS; ROSENVALD, 2019).

O artigo 11 do Provimento trata das circunstâncias que devem ser observadas para que o reconhecimento seja feito, devendo todos os requisitos estarem presentes, conforme segue:

Art. 11. O reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva será processado perante o oficial de registro civil das pessoas naturais, ainda que diverso daquele em que foi lavrado o assento, mediante a exibição de documento oficial de identificação com foto do requerente e da certidão de nascimento do filho, ambos em original e cópia, sem constar do traslado menção à origem da filiação.

§ 1º O registrador deverá proceder à minuciosa verificação da identidade do requerente, mediante coleta, em termo próprio, por escrito particular, conforme modelo constante do Anexo VI, de sua qualificação e assinatura, além de proceder à rigorosa conferência dos documentos pessoais.

§ 2º O registrador, ao conferir o original, manterá em arquivo cópia de documento de identificação do requerente, juntamente com o termo assinado.

3º Constarão do termo, além dos dados do requerente, os dados do campo FILIAÇÃO e do filho que constam no registro, devendo o registrador colher a assinatura do pai e da mãe do reconhecido, caso este seja menor.

§ 4º Se o filho for maior de doze anos, o reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva exigirá seu consentimento.

§ 5º A coleta da anuência tanto do pai quanto da mãe e do filho maior de doze anos deverá ser feita pessoalmente perante o oficial de registro civil das pessoas naturais ou escrevente autorizado.

§ 6º Na falta da mãe ou do pai do menor, na impossibilidade de manifestação válida destes ou do filho, quando exigido, o caso será apresentado ao juiz competente nos termos da legislação local.

§ 7º Serão observadas as regras da tomada de decisão apoiada quando o procedimento envolver a participação de pessoa com deficiência (Capítulo III do Título IV do Livro IV do Código Civil).

§ 8º O reconhecimento da paternidade ou da maternidade socioafetiva poderá ocorrer por meio de documento público ou particular de disposição de última vontade, desde que seguidos os demais trâmites previstos neste provimento.

Logo, devem ser observados alguns requisitos, que são: o requerente deve possuir idade superior a 18 (dezoito) anos; há a necessidade de uma diferença de 16 (dezesseis) anos entre o pai ou mãe e o filho reconhecido; não pode ser reconhecido a paternidade ou a maternidade entre os irmãos. Ainda, o registro pode ser realizado em localidade diversa de onde foi averbada a Certidão de Nascimento, mas é indispensável a apresentação de documento de identificação e a anuência expressa da mãe e do pai biológicos. No caso de o filho reconhecido ter mais de 12 (doze) anos, faz-se necessário o seu consentimento.

O artigo 12 do Provimento, por sua vez, é claro ao mencionar que, havendo suspeita de fraude, má-fé ou algum vício sobre o estado de posse do filho, requisito

obrigatório na parentalidade socioafetiva, o registrador negará o pedido, devendo fundamentar a recusa e encaminhar o pedido ao juiz competente.

Contudo, o reconhecimento voluntário em cartório não pode ser realizado no caso de os requerentes possuírem processos judiciais de reconhecimento de paternidade ou de procedimento de adoção, conforme disposto no art. 13 do Provimento. Nestes casos, o reconhecimento deverá ser remetido para as vias judiciais (CALDERÓN; TOAZZA, 2019).

Ainda, o art. 14 firmou o entendimento que este reconhecimento somente poderá ser realizado de forma unilateral, exigindo somente respeito ao limite registral de dois pais e de duas mães no campo da filiação, o que causou grande repercussão após o surgimento do Provimento, pelo fato de o legislador ter usado o termo unilateral. Tartuce (2018, texto digital) manifesta-se nos seguintes termos:

Duas correntes se formaram nos principais fóruns de debates do seu conteúdo. Uma mais cética, à qual estava filiado, entendia que a norma não reconhecia a multiparentalidade pela via extrajudicial, diante do uso do termo "unilateral", o que supostamente atingia o vínculo em relação ao ascendente reconhecedor. A outra, mais otimista, concluía de forma contrária, ou seja, na linha de efetivação extrajudicial completa da decisão do STF. Felizmente – e a minha visão pessimista foi vencida –, acabou por prevalecer o segundo entendimento, ou seja, a multiparentalidade passou a ser admitida nos Cartórios de Registro Civil, limitada a dois pais – um registral e outro socioafetivo –, e duas mães – uma registral e outra socioafetiva. Importante nota de esclarecimento da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen), de dezembro de 2018, expressou o alcance do termo "unilateral", no sentido de que não é possível fazer o registro simultâneo de pai e mãe socioafetivos, mas apenas de um pai ou de uma mãe, devendo um dos pais e uma das mães serem registrais.

Percebe-se que o entendimento consolidado é o da possibilidade da multiparentalidade, visto que o artigo considera que pode ser feito o registro de um pai ou de uma mãe socioafetivos, mas devem ser em atos separados.

Por fim, o legislador se preocupou em deixar descrito, no artigo 15, que o reconhecimento espontâneo da paternidade ou maternidade socioafetiva não impedirá a discussão judicial sobre a verdade biológica. Ou seja, o filho socioafetivo pode demandar o vínculo ao seus pais biológicos. Esse direito permanece.

Ressalte-se que, mesmo havendo a possibilidade do reconhecimento da extrajudicialidade referente ao caso da parentalidade socioafetiva, não se afasta totalmente a necessidade do procedimento judicial, que pode ser usado nos casos em

que houver risco de fraude ou quando algum dos requisitos necessários não está presente, devendo o registro ser feito somente quando não houver dúvidas, fornecendo segurança ao ato. Havendo dúvidas, o registrador deverá encaminhar a questão ao órgão competente (CALDERÓN; TOAZZA, 2019).

Em resposta ao problema proposto neste trabalho, conclui-se, então, que existe a possibilidade do reconhecimento extrajudicial da paternidade e da maternidade socioafetiva, com o fundamento de ser uma forma simplificada de regularizar situações existentes, onde o afeto e o amor precedem o vínculo consanguíneo, devendo ser observadas as circunstâncias legais expressas nos artigos.

5 CONCLUSÃO

O Direito de Família é regulamentador de todas as relações pessoais, além de ser a área mais antiga de que se tem conhecimento. Porém, nem sempre foi tratada da maneira que é hoje. Antigamente, a família assumia a função patriarcal e conservadora, havendo discriminação entre os filhos havidos ou não do casamento.

Diante das significativas mudanças no âmbito familiar, o conceito de família ampliou-se para compreender as mais diversas formas de estruturas familiares existentes na sociedade atual. Consequentemente, não só o critério da consanguinidade define mais a filiação, mas também valora-se juridicamente o afeto para caracterizar o vínculo parental, o que denominamos instituto de filiação socioafetiva.

Entretanto, ainda há um caminho a ser percorrido, pois existe certa resistência ao instituto por parte de alguns doutrinadores e pessoas mais conservadoras. Logo, diante das constantes mudanças, é papel do legislador acompanhá-las, para, então, adaptá-las à lei.

Assim, esta monografia apresentou, no primeiro capítulo do desenvolvimento, o caminho percorrido pelo Direito de Família, visto que o significado do instituto nos dias de hoje passou por uma gradativa evolução, no sentido de assegurar direitos que antes não eram considerados, prevalecendo a dignidade da pessoa humana. Desta forma, após mencionar o conceito de família e sua evolução histórica, tratou-se da filiação.

A filiação era tratada de maneira discriminatória antes da Constituição Federal de 1988, pois não se concediam direitos aos filhos que não fossem concebidos na

constância do casamento. Contudo, os filhos passaram a receber tratamento igualitário, independentemente de sua origem. Após conceituar a filiação, abordou-se o ato de reconhecimento do filho, que consiste no documento devidamente averbado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais, conferindo direitos e deveres às partes. Esse reconhecimento pode ser de maneira voluntária ou judicial.

Em seguida, discutiu-se o direito à filiação socioafetiva e o caminho que esta traçou até receber tratamento jurídico. Compreendeu-se que a filiação socioafetiva difere da biológica, pois ambas apresentam origem e particularidades distintas de parentesco. Enquanto a filiação biológica se origina dos vínculos consanguíneos e genéticos, a filiação socioafetiva ampara-se nos laços de afeto existente entre as partes.

Discorreu-se sobre a o significado de afeto e a evolução percorrida até o afeto ser considerado uma forma de constituir família, bem como, tratou-se dos princípios que fundamentam o instituto. Existem vários princípios, mas, nesta monografia, foram trabalhados os princípios da dignidade da pessoa humana, o princípio do melhor interesse da criança e o da afetividade, usados como argumentos para embasar a necessidade do reconhecimento do afeto, visto ainda não existir legislação específica. Passou-se, então, à análise da multiparentalidade, considerada um dos efeitos da socioafetividade, quando existem mais de uma figura materna ou paterna no registro.

No terceiro e último capítulo, abordaram-se os efeitos da socioafetividade quando devidamente reconhecida, como direito a alimentos, guarda, visitação, sucessão e direitos previdenciários, visto que a nova modalidade de filiação equivale-se às já existentes. Percebeu-se que é possível somar a parentalidade biológica à socioafetiva, sem que uma exclua a outra, estando ambas em pé de igualdade, diferentemente da interpretação anterior, pois o entendimento predominante era de que ambas não poderiam coexistir.

Restando comprovada a necessidade de os filhos do afeto receberem os mesmos direitos que os demais, partiu-se para a análise jurisprudencial, para fundamentar o exposto até o momento e confirmar a possibilidade do reconhecimento de vínculos não biológicos.

Por fim, mencionou-se o Provimento nº 63 do Conselho Nacional de Justiça, que permite o registro do filho diretamente nos Cartórios de Registro Civil, em todo o âmbito nacional, respondendo, então, ao problema inicial do trabalho. O mesmo, publicado em 2017, consiste em uniformizar o reconhecimento, de maneira espontânea, da paternidade e da maternidade socioafetiva, bem como, padronizar os modelos de Certidão de Nascimento. Confirma-se assim também a existência da multiparentalidade, visto que o Provimento prevê a possibilidade de incluir o nome de todos os pais.

Analisando o problema proposto para este estudo – em que circunstâncias legais se efetiva o registro da paternidade ou maternidade socioafetiva no Brasil, em nível registral-administrativo, sem ferir o ordenamento pátrio? –, pode-se concluir que, conforme disposição do Provimento nº 63 do CNJ, é possível o reconhecimento do filho socioafetivo diretamente no Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais, no caso de estarem presentes os requisitos mencionados.

Conclui-se também que a parentalidade socioafetiva e, conseqüentemente, a multiparentalidade, passaram a receber maior atenção e respeito, devendo estar presente em todas as relações familiares. Contudo, ainda faz-se necessário que a legislação vigente discipline sobre o assunto, devendo ela estar em conformidade com os fatos da atualidade.

REFERÊNCIAS

BOEIRA, José Bernardo Ramos. **Investigação de paternidade**: posse de estado de filho. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao_compilado.htm. Acesso em: 11 jan. 2019.

_____. Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916. **Código Civil de 1916**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L3071.htm. Acesso em: 11 jan. 2019.

_____. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil de 2002**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 11 jan. 2019.

_____. Superior Tribunal de Justiça – STJ. **RECURSO ESPECIAL Nº 1.500.999 - RJ (2014/0066708-3)**. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=47762578&num_registro=201400667083&data=20160419&tipo=5&formato=PDF. Acesso em: 08 jul. 2019.

_____. Superior Tribunal de Justiça – STJ. **RECURSO ESPECIAL Nº 1.274.240 – SC (2011/0204523-7)**. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=31746614&num_registro=201102045237&data=20131015&tipo=5&formato=PDF. Acesso em: 08 jul. 2019.

BROCHADO, Tatiane Keunecke. Reconhecimento extrajudicial de paternidade e maternidade socioafetiva: novos paradigmas. In: ROSA, Conrado Paulino da; THOMÉ, Liane Maria Busnello; BROCHADO, Rogério (Coord.). **Direito de Família e sucessões**: um olhar prático. Porto Alegre: IBDFAM/RS, 2018.

CALDERON, Ricardo Lucas. **O percurso construtivo do princípio da afetividade no direito de família brasileiro contemporâneo**: contexto e efeitos. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011,

15 dez. 2011. Disponível em:

<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/26808/dissertacao%20FINAL%2018-11-2011%20pdf.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 3 abr. 2019.

CALDERÓN, Ricardo; TOAZZA, Gabriele Bortolan. **Filiação Socioafetiva: repercussões a partir do Provimento 63 do CNJ**. **Migalhas**, 29 abr. 2019. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI301241,21048-Filiacao+socioafetiva+repercuosoes+a+a+partir+do+provimento+63+do+CNJ>. Acesso em: 10 maio 2019.

CASSETTARI, Christiano. **Multiparentalidade e Parentalidade Socioafetiva: efeitos jurídicos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017. CHEMIN, Beatris F. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos: planejamento, elaboração e apresentação**. 3. ed. Lajeado: Univates, 2015.

CINTRA, Graciliano de Souza. **O reconhecimento legal da filiação socioafetiva na experiência do Estado de Pernambuco**. 2018. 152 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: http://tede2.unicap.br:8080/bitstream/tede/1040/5/graciliano_souza_cintra.pdf. Acesso em: 05 fev. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. **Provimento nº 16**. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/Provimento_N16.pdf. Acesso em: 10 maio 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. **Provimento nº 63**. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/files/atos_administrativos/provimento-n63-14-11-2017-corregedoria.pdf. Acesso em: 10 maio 2019.

CUNHA, Matheus Antônio da. **O conceito de família e sua evolução histórica**. **Portal Jurídico Investidura**, Florianópolis, 27 set. 2010. Disponível em: <http://investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/historia-do-direito/170332-o-conceito-de-familia-e-sua-evolucao-historica>. Acesso em: 04 mar. 2019.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 9. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

_____, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 11. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

_____, Maria Berenice. **Filhos do afeto: questões jurídicas**. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 5.

_____, Maria Helena. **Curso de Direito Civil: Direito de Família**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v. 5.

DONIZETTI, Leila. **Filiação socioafetiva e direito à identidade genética**. Rio De Janeiro: Lumen Juris, 2007.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Direito das Famílias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

_____, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: Famílias**. 11. ed. Salvador: JusPodivm, 2019.

FUJITA, Jorge Shiguemitsu. **Filiação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522466917/cfi/0!/4/2@100:0.0>. Acesso em: 11 maio 2019.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Direito de Família**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v. 6.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Direito de Família**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. v. 5.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil: famílias**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MACHADO, Milena Furghestti. **A nova principiologia constitucional do direito das famílias: do clã primitivo à (re)construção das relações familiares contemporâneas**. 2012. 143 f. Dissertação (Mestrado em Fundamentos do Direito Positivo) - Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2012.

MADALENO, Rolf. **Curso de Direito de Família**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

MALUF, Carlos Alberto Dabus; MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. **Curso de Direito de Família**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MEZZAROBIA, Orides; MONTEIRO, Cláudia S. **Manual de metodologia da pesquisa no Direito**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Atualização de Tânia Pereira da Silva. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004. v. 5.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Dicionário de direito de família e sucessões: ilustrado**. São Paulo: Saraiva, 2015.

PESSANHA, Jackelline Fraga. A afetividade como princípio fundamental para a estruturação familiar. **IBDFAM**, 2011. Disponível em: http://www.ibdfam.org.br/_img/artigos/Afetividade%2019_12_2011.pdf. Acesso em: 15 mar. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. Apelação Cível nº 70077198737. 8ª Câmara Cível. Relator: José Antônio Daltoé Cezar. Porto Alegre, 28 nov. 2018. Disponível em: <http://www1.tjrs.jus.br/>. Acesso em: 20 maio 2019.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. Apelação Cível nº 700739776070, da 7ª Câmara Cível. Relator: Desa Liselena Schifino Robles Ribeiro. Porto Alegre, 14 dez. 2017. Disponível em: <http://www1.tjrs.jus.br/>. Acesso em: 20 maio 2019.

ROSA, Conrado Paulino da. **IFamily**: um novo conceito de família? São Paulo: Saraiva, 2014.

SALOMÃO, Marcos Costa. A Filiação Socioafetiva pela Posse de Estado de Filho e a Multiparentalidade no Provimento 63 do CNJ. **Conjur**, 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/marcos-salomao-norma-cnj-mostra.pdf>. Acesso em: 10 maio 2019.

TARTUCE, Flávio. Anotações ao provimento 63 do Conselho Nacional de Justiça- Parte II. **Migalhas**, 30 maio 2018. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/FamiliaeSucessoes/104,MI280973,11049-Anotacoes+ao+provimento+63+do+Conselho+Nacional+de+Justica+Parte+II>. Acesso em: 10 maio 2019.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RODRIGUES, Renata de Lima. A multiparentalidade como nova estrutura de parentesco na contemporaneidade. **IBD Civil**, v. 4, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://www.ibdcivil.org.br/image/data/revista/volume4/02---rbdcivil-volume-4---a-multiparentalidade-como-nova-figura-de-parentesco-na-contemporaneidade.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2019.

TYBUSCH, Francielle Benini Agne, LEMOS, Luan Martins. A entidade familiar contemporânea e o afeto como gerador de vínculo de parentalidade: a solidificação da multiparentalidade por meio do registro civil. **Revista Jurídica Cesumar**, v. 19, n. 1, 2019. Disponível em: <http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/6471>. Acesso em: 07 mar. 2019.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**: Direito de Família. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2011. v. 6.

_____, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**: Família. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014. v. 6.

_____, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**: sucessões. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

WELTER, Belmiro Pedro Marx. Filiação biológica e socioafetiva: igualdade. **Revista Brasileira de Direito de Família**, Porto Alegre, v. 4, n. 14, p. 128–163, jul./set. 2002.

_____, Belmiro Pedro Marx. **Teoria Tridimensional do direito de família**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.